



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE HORTÊNSIAS
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO RURAL E AGROINDUSTRIAL

TÚLIO GARCIA DE SOUZA

**OS DESAFIOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO SOBRE A
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE
CONSUMIDORES DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, RS - COOPAF SERRANA**

SÃO FRANCISCO DE PAULA

2022

TÚLIO GARCIA DE SOUZA

**OS DESAFIOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO SOBRE A
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE
CONSUMIDORES DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, RS - COOPAF SERRANA**

Trabalho de Conclusão apresentado como
como requisito parcial para obtenção do
título no Curso de Bacharelado em
Administração Rural e Agroindustrial da
Universidade Estadual do Rio Grande do
Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Binkowski

SÃO FRANCISCO DE PAULA

2022

Catálogo de publicação na fonte (CIP)

S729d Souza, Túlio Garcia de

Desafios da gestão participativa: estudo de caso sobre a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar e de consumidores de São Francisco de Paula, RS - COOPAF Serrana, Os/ Túlio Garcia de Souza. – São Francisco de Paula: Uergs, 2022.

72 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Administração Rural e Agroindustrial (Bacharelado), Unidade Hortênsias, 2022.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia Binkowski

1. Associativismo. 2. Cooperativismo. 3. Políticas Públicas. 4. Monografia. I. Binkowski, Patrícia. II. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Administração Rural e Agroindustrial (Bacharelado), Unidade em São Francisco de Paula, 2022. III. Título.

TÚLIO GARCIA DE SOUZA

**OS DESAFIOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO SOBRE A
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE
CONSUMIDORES DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, RS - COOPAF SERRANA**

Trabalho de Conclusão apresentado como
como requisito parcial para obtenção do
título no Curso de Bacharelado em
Administração Rural e Agroindustrial da
Universidade Estadual do Rio Grande do
Sul.

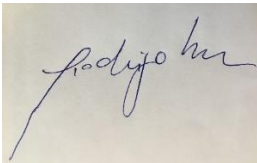
Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Binkowski

Data da aprovação: 06/07/2022

BANCA EXAMINADORA



Dra. Patrícia Binkowski - Orientadora
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS



Dr. Rodrigo Koch
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS



Dra. Zenicleia Angelita Deggerone
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

SÃO FRANCISCO DE PAULA

2022

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a professora, orientadora e porque não dizer, minha amiga, Patrícia Binkowski, por quem tenho imensa gratidão pelas oportunidades, pela confiança, pela paciência, pelos desafios e aprendizados nesses anos de trabalho na iniciação científica e como aluno, assim como aos professores das outras Unidades Universitárias da UERGS que dedicadamente complementaram as disciplinas do curso, fica minha gratidão.

Agradeço de coração minha querida mãe Dona Eloá que me deu suporte logístico a mim e minha família, para que eu pudesse chegar a este momento, gratidão eterna!!!

Ana, Natanael, Pedro, meus filhos queridos, foram as pessoas mais próximas nesta minha caminhada. Muito obrigado a vocês, sem os quais eu não teria a mesma motivação.

À minha companheira de jornada universitária e na vida também, minha querida filha Ana, que me trouxe para a UERGS, e tem sido o meu braço direito em todos os momentos.

Gostaria também de agradecer às colegas do curso de Administração Rural e Agroindustrial, excelentes pessoas e, que, aprendi a admirar pela força e determinação.

Quero agradecer a toda equipe de suporte ao discente da Unidade Hortênsias, que trabalham incansavelmente, com atenção e dedicação.

Agradeço também ao povo de São Chico pela acolhida, povo receptivo e generoso!

RESUMO

A história nos revela que, embora as diferentes formas de definição, a agricultura familiar constitui-se de um grande contingente de produtores, de populações tradicionais, comunidades ribeirinhas, artesãos, empreendedores de ofício e imigrantes, que ao longo do tempo enfrentam dificuldades para manter seu modo de vida, sendo este também o seu negócio familiar e sua subsistência. Buscando por vezes a tutela do Estado, através das políticas públicas e por outras, na organização voluntária como o associativismo e o cooperativismo, estes produtores ao longo do tempo permanecem, entre discussões políticas e conceituais, a margem dos processos de desenvolvimento econômico. O objetivo geral deste trabalho é realizar um estudo de caso sobre a Cooperativa dos Produtores e Consumidores da Agricultura Familiar de São Francisco de Paula, RS (COOPAF-SERRANA), a partir dos 7 princípios do Cooperativismo, analisando o cenário mercadológico atual, as potencialidades e os desafios do Cooperativismo. Os objetivos específicos são: a) Analisar o ambiente interno e externo; b) As estratégias de marketing, as novas tecnologias e utilização de redes sociais na comercialização; c) A participação dos sócios na cooperativa e relações institucionais (mercados) da/na COOPAF – SERRANA; d) Evidenciar a importância dos Empreendimentos da Economia da Cooperação (EEC), como o cooperativismo e o associativismo, para a economia local e regional e particularmente para a agricultura familiar de São Francisco de Paula/ RS; e, e) Realizar revisão sistemática de literatura sobre Cooperativismo e Associativismo, os empreendimentos da economia solidária no Brasil, a agricultura familiar e o desenvolvimento das políticas públicas para este setor. A cooperativa foi fundada em julho de 2008 sob a forma de sociedade cooperativa, de natureza civil, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos e com atuação em todo o RS. Desde sua fundação a Cooperativa tem atuado junto aos mercados institucionais e realizado a comercialização direta ao consumidor. Esta pesquisa é um estudo de caso de cunho aplicado, exploratório, descritivo, com abordagem de tipo qualitativa. As etapas metodológicas foram: visitas à Cooperativa (entre 2018 e 2019), entrevistas com o dirigente e funcionária da Cooperativa, pesquisa documental e de dados secundários da COOPAF-SERRANA em sites institucionais e trabalhos científicos, sistematização e análise dos dados e redação final do trabalho. Os resultados encontrados são: 1) A cooperativa teve seu quadro de sócios reduzido; 2) Baixa participação sociopolítica entre os sócios; 3) Baixa participação econômica dos associados; 4) A cooperativa não possui uma sede própria, reduzindo sua autonomia; 5) Necessidade de ações de educação e formação para os sócios; 6) A cooperativa deve promover intercâmbio com outras cooperativas; 7) A entidade possui potencial para realizar seus objetivos junto à comunidade de São Francisco de Paula/RS, no entanto, necessita se visitar.

Palavras-chave: Cooperativismo; Associativismo; Agricultura familiar; Políticas públicas.

ABSTRACT

History reveals that, despite the different forms of definition, family farming is made up of a large contingent of producers, traditional populations, riverside communities, artisans, craft entrepreneurs and immigrants, who over time face difficulties to maintain their way of life, which is also their family business and their livelihood. Seeking, at times, the protection of the State, through public policies and at other times, in voluntary organization such as associativism and cooperativism, these producers over time remain, between political and conceptual discussions, on the sidelines of economic development processes. The general objective of this work is to carry out a case study on the Cooperative of Producers and Consumers of Family Agriculture of São Francisco de Paula, RS (COOPAF-SERRANA), based on the 7 principles of Cooperativism, analyzing the current market scenario, the potential and the challenges of cooperativism. The specific objectives are: a) To analyze the internal and external environment; b) Marketing strategies, new technologies and use of social networks in marketing; c) The participation of the members in the cooperative and institutional relations (markets) of/in COOPAF – SERRANA; d) Highlight the importance of Cooperation Economy Enterprises (EEC), such as cooperativism and associativism, for the local and regional economy and particularly for family farming in São Francisco de Paula/RS; and, e) Conduct a systematic review of the literature on Cooperativism and Associativism, solidarity economy enterprises in Brazil, family farming and the development of public policies for this sector. The cooperative was founded in July 2008 in the form of a cooperative society, of a civil nature, with limited liability, non-profit and operating throughout RS. Since its foundation, the Cooperative has worked with institutional markets and carried out direct sales to the consumer. This research is an applied, exploratory, descriptive case study, with a qualitative approach. The methodological steps were: visits to the Cooperative (between 2018 and 2019), interviews with the director and employee of the Cooperative, documentary research and secondary data from COOPAF-SERRANA on institutional websites and scientific works, systematization and analysis of data and final writing of the job. The results found are: 1) The cooperative had its membership reduced; 2) Low socio-political participation among the partners; 3) Low economic participation of the associates; 4) The cooperative does not have its own headquarters, reducing its autonomy; 5) Need for education and training actions for members; 6) The cooperative must promote exchanges with other cooperatives; 7) The entity has the potential to achieve its goals with the community of São Francisco de Paula/RS, however, it needs to revisit itself.

Keywords: Cooperativism; Associativism; Family farming; Public policy.

RESUMEN

La historia revela que, a pesar de las diferentes formas de definición, la agricultura familiar está conformada por un gran contingente de productores, poblaciones tradicionales, comunidades ribereñas, artesanos, empresarios artesanales e inmigrantes, quienes a lo largo del tiempo enfrentan dificultades para mantener su modo de vida, el cual es también su negocio familiar y su sustento. Buscando, a veces, la protección del Estado, a través de políticas públicas y otras veces, en organizaciones voluntarias como el asociativismo y el cooperativismo, estos productores a lo largo del tiempo quedan, entre discusiones políticas y conceptuales, al margen de los procesos de desarrollo económico. El objetivo general de este trabajo es realizar un estudio de caso sobre la Cooperativa de Productores y Consumidores de Agricultura Familiar de São Francisco de Paula, RS (COOPAF-SERRANA), basado en los 7 principios del Cooperativismo, analizando el escenario actual del mercado, el potencial y los desafíos del cooperativismo. Los objetivos específicos son: a) Analizar el entorno interno y externo; b) Estrategias de marketing, nuevas tecnologías y uso de redes sociales en marketing; c) La participación de los asociados en las relaciones cooperativas e institucionales (mercados) de/en COOPAF – SERRANA; d) Destacar la importancia de las Empresas de Economía de Cooperación (CEE), como el cooperativismo y el asociativismo, para la economía local y regional y en particular para la agricultura familiar en São Francisco de Paula/RS; y, e) Realizar una revisión sistemática de la literatura sobre Cooperativismo y Asociativismo, las empresas de economía solidaria en Brasil, la agricultura familiar y el desarrollo de políticas públicas para este sector. La cooperativa fue fundada en julio de 2008 bajo la forma de sociedad cooperativa, de carácter civil, de responsabilidad limitada, sin fines de lucro y operativa en todo RS. Desde su fundación, la Cooperativa ha trabajado con mercados institucionales y ha realizado ventas directas al consumidor. Esta investigación es un estudio de caso aplicado, exploratorio, descriptivo, con enfoque cualitativo. Los pasos metodológicos fueron: visitas a la Cooperativa (entre 2018 y 2019), entrevistas al director y empleado de la Cooperativa, investigación documental y datos secundarios de COOPAF-SERRANA en sitios web institucionales y trabajos científicos, sistematización y análisis de datos y redacción final. del trabajo Los resultados encontrados son: 1) La cooperativa tuvo reducida su membresía; 2) Baja participación sociopolítica entre los socios; 3) Baja participación económica de los asociados; 4) La cooperativa no tiene sede propia, reduciendo su autonomía; 5) Necesidad de acciones de educación y formación de los afiliados; 6) La cooperativa debe promover los intercambios con otras cooperativas; 7) La entidad tiene potencial para alcanzar sus objetivos con la comunidad de São Francisco de Paula/RS, sin embargo, necesita revisarse a sí misma.

Palabras clave: Cooperativismo; Asociativismo; Agricultura familiar; Políticas públicas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BSC - *Balanced Scored Card*
CAAF - Cooperativa da Agricultura Familiar – Caxias do Sul
CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMN - Conselho Monetário Nacional
CODETER - Conselho de Desenvolvimento Territorial
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG - Confederação Nacional dos Agricultores
COOPAF-SERRANA - Cooperativa dos Produtores e Consumidores da Agricultura Familiar de São Francisco de Paula, RS
DAP - Documento de Aptidão do PRONAF
EEC - Empreendimentos da Economia da Cooperação
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FOFA - Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
Ha - hectare
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
MAARA - Ministério da Agricultura Abastecimento e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD - Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento da Reforma Agrária
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OCA - Organização das Cooperativas Americanas
OCB - Organização das Cooperativas Do Brasil
OCE - Organização das Cooperativas Estaduais
OCIP - Organização Privada de Interesse Público

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PGPM - Programa de Garantia de Preços Mínimos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PROINF – Projetos de Infraestrutura e Serviços

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT - Programa Nacional dos Territórios

PTC - Programa Territórios da Cidadania

RS – Rio Grande do Sul

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIES - Sistema de Informações da Economia Solidária

SUPRA - Superintendência Regional de Política Agrária

UDR - União Democrática Rural

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa
carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse
necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém
morreria de fome.

MAHATMA GANDHI

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	17
2.1 COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO.....	17
2.1.1 <i>A origem histórica do cooperativismo moderno.....</i>	<i>18</i>
2.1.2 <i>Princípios do cooperativismo.....</i>	<i>20</i>
2.1.3 <i>Classificação das cooperativas.....</i>	<i>24</i>
2.1.4 <i>Os ramos do cooperativismo.....</i>	<i>24</i>
2.1.5 <i>Sistema de representação do cooperativismo.....</i>	<i>26</i>
2.1.6 <i>Similaridades e diferenças entre as cooperativas e as organizações mercantis</i>	<i>26</i>
2.2 EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (EES).....	28
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR.....	30
2.3.1 <i>Conceito e definições.....</i>	<i>34</i>
2.4 DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR.....	39
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	46
4 A COOPAF SERRANA EM PERSPECTIVA.....	49
5 ESTUDO DE CASO: A COOPAF SERRANA.....	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

Segundo Walter Frantz (2012), o estudo sobre o associativismo, cooperativismo e a economia solidária tem a preocupação com a formação da capacidade crítica, isto é, uma capacidade crítica e inovadora de pensamentos e conceitos que permitem desenvolver as habilidades e as funções profissionais, as interações e as ações coletivas de atores sociais em um mundo necessitando de mudanças e transformações sociais.

A finitude geográfica, a vida no planeta, a fragilidade das individualidades no contexto de concorrência de grandes capitais e das transformações em curso, colocam limites e orientações à ação do ser humano. Cada vez mais os espaços naturais e sociais da vida são interdependentes.

Os novos paradigmas para a sociedade do século 21, devem ter como base a ecologia, a finitude dos recursos naturais, os princípios da suficiência, da responsabilidade social e da solidariedade (FRANTZ, 2012). É nesse sentido que o autor aponta o associativismo como forma sustentável, tanto no âmbito social, econômico e da participação política, como recursos para enfrentar os desafios que os mercados e a economia impõem, através de ações coletivas, do desenvolvimento de habilidades para a inovação.

Os capitais descritos por Pierre Bourdieu (1998): cultural, social, simbólico e financeiro, são os capitais que, de acordo com seu acúmulo, derivam as hierarquias sociais, causando principalmente desigualdade e exclusão. Para Bourdieu (1998) a estrutura social é vista como um sistema hierarquizado, determinado tanto pelas relações materiais e/ou econômicas (salário/renda), como pelas relações simbólicas (*status*) e/ou culturais (escolarização), entre os indivíduos.

Segundo o ponto de vista de Bourdieu (1998), a diferente localização dos grupos nessa estrutura social deriva da desigual distribuição de recursos e poderes a cada um de nós. Por recursos, o autor entende o capital econômico, ligado aos meios de produção e renda, o capital cultural que está ligado aos saberes e conhecimentos, o capital social, derivado das relações sociais de que dispõe o indivíduo e o capital simbólico que está ligado à honra e ao reconhecimento (BOURDIEU, 1998). A posição

de privilégio ou não, ocupada por um grupo ou indivíduo é definida conforme o volume de um ou mais capitais acumulados ao longo de suas trajetórias sociais e o “campo” como o espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais (BOURDIEU, 1998).

Estes espaços possuem uma dinâmica que obedece a leis próprias e que são animadas pelas disputas que ocorrem em seu interior, movidos invariavelmente pelo interesse em ser bem sucedido nas relações estabelecidas. O estudo de Pierre Bourdieu nos mostra como a distribuição desigual destes capitais ocasionam, por um lado a concentração de recursos e, por outro, a escassez.

Quando abordamos as ações voltadas ao associativismo ou ao cooperativismo, falamos também de formas de enfrentamento à lógica das desigualdades sociais, principalmente nos aspectos econômicos e nas dificuldades de inserção nas cadeias de comercialização, por parte da grande maioria dos empreendimentos familiares (agricultura familiar).

Neste estudo, se procurou utilizar alguns autores que se referem à agricultura familiar não como uma categoria específica, mas a uma série de categorias sociais “invisíveis” aos olhos do Estado, vítimas, de certa forma, deste modelo de sociedade da acumulação descrito anteriormente por Bourdieu. A deterioração do modelo econômico baseado na transformação dos recursos naturais em produtos manufaturados, traz como consequência, a deterioração das relações humanas, quando estes modelos deixam de cumprir seus propósitos e de melhorar a vida das pessoas.

Nessa perspectiva Félix Guattari (2001, p. 23) em seu artigo “As Três Ecologias”, comenta sobre a necessidade de “pensar transversalmente”, a educação, a cultura e a sociedade como um todo, pois são questões indissociáveis no ser humano.

As relações da humanidade com o *socius*, com a psique e com a “natureza” tendem, com efeito, a se deteriorar cada vez mais, não só em razão de nocividades e poluições objetivas, mas também pela existência de fato de um desconhecimento e de uma passividade fatalista dos indivíduos e dos poderes com relação a essas questões consideradas em seu conjunto. Catastróficas ou não, as evoluções negativas são aceitas tais como são. O estruturalismo – e depois o pós-modernismo – acostumou-nos a uma visão de mundo que elimina a pertinência das intervenções humanas que se encarnam em políticas e micropolíticas concretas. (GUATTARI, 2001, p. 23).

Guattari (2001) aponta um certo “torpor”, um “desconhecimento e uma passividade fatalista” por parte da sociedade em relação as questões que dizem respeito à coletividade. Isso ocorre nas políticas públicas, horizontais e que diante da premissa de promover a participação, promove também a tutela da participação social e que não atingem todos aqueles que necessitam das políticas.

As práticas associativas, andam em sentido contrário. A formulação e a execução de projetos derivados destas políticas, tem no associativismo o viés da gestão democrática, com a participação de seus atores sociais que tem igualdade no processo decisório e que buscam na colaboração, na valorização do capital humano e social, o objetivo principal de melhores condições de vida e de bem estar.

O presente trabalho de conclusão (TC), tem como intuito, analisar de que forma as ações coletivas de livre iniciativa, como o associativismo e o cooperativismo e os programas operacionalizados pelo Estado, concorrem para fortalecer os empreendimentos da agricultura familiar. De um lado, a autogestão e a autonomia, de outro a tutela governamental, que direciona os programas à um determinado “tipo de agricultura familiar”, viável economicamente.

A compreensão dos processos econômicos e humanos que serviram de motivação para a criação de princípios para a associação entre pessoas, no contexto sociopolítico e econômico da revolução industrial, foi necessário pois que ainda se configura um choque tecnológico entre cidade e campo. As formas do trabalho estão sofrendo profundas mudanças e muitas profissões estão cedendo lugar às tecnologias. Em um tipo de campo, pode-se dizer que os empreendimentos acompanharam a evolução de seus processos com as novas tecnologias, porém em um outro tipo de campo, o da agricultura familiar, ainda persiste o atraso e dificuldades de toda ordem.

Durante os anos de 2018 e 2019, período anterior à pandemia da COVID-19, surgiu a possibilidade de que o projeto de pesquisa desenvolvido no componente curricular “Metodologia de Pesquisa” fosse aplicado de forma empírica e as análises mercadológicas pudessem ser apresentadas em sala de aula. Na ocasião realizei a pesquisa junto à Cooperativa dos Produtores e Consumidores da Agricultura Familiar

de São Francisco de Paula, RS (COOPAF-SERRANA). Portanto, desde lá venho coletando dados sobre a Cooperativa.

Portanto, tem-se como problema de pesquisa: Qual a importância da existência da Cooperativa dos Produtores e Consumidores da Agricultura Familiar de São Francisco de Paula, RS (COOPAF-SERRANA) para os produtores cooperativados, os consumidores e para os mercados institucionais no município de São Francisco de Paula/RS?

O objetivo geral deste Trabalho de Conclusão (TC) é realizar um estudo de caso sobre a Cooperativa dos Produtores e Consumidores da Agricultura Familiar de São Francisco de Paula, RS (COOPAF-SERRANA), a partir dos 7 princípios do Cooperativismo, analisando o cenário mercadológico atual, as potencialidades e os desafios do Cooperativismo.

Os objetivos específicos são: a) Analisar o ambiente interno e externo; b) As estratégias de marketing, as novas tecnologias e utilização de redes sociais na comercialização; c) A participação dos sócios na cooperativa e relações institucionais (mercados) da/na COOPAF – SERRANA; d) Evidenciar a importância dos Empreendimentos da Economia da Cooperação (EEC), como o cooperativismo e o associativismo, para a economia local e regional e particularmente para a agricultura familiar de São Francisco de Paula/ RS; e, e) Realizar revisão sistemática de literatura sobre Cooperativismo e Associativismo, os empreendimentos da economia solidária no Brasil, a agricultura familiar e o desenvolvimento das políticas públicas para este setor.

Esta pesquisa é um estudo de caso e tem cunho aplicado, exploratório, descritivo, com abordagem de tipo qualitativa. Para refletir sobre os instrumentos metodológicos a serem utilizados nesta pesquisa, me orientei significativamente na obra “Como escrever uma tese” de Humberto Eco (1932). As etapas metodológicas foram: a) visitas à Cooperativa (entre 2018 e 2019); b) entrevistas com o dirigente e uma funcionária da Cooperativa; c) registros das informações no Diário de Campo; revisão sistemática de literatura e coleta de dados secundários sobre cooperativismo e associativismo; agricultura familiar e políticas públicas para a agricultura familiar; d) pesquisa documental e de dados secundários da COOPAF-SERRANA – sites

institucionais e trabalhos científicos; e) sistematização e análise dos dados; f) redação final do TC.

Ao longo do curso de Administração Rural e Agroindustrial, nas diversas atividades de campo realizadas com agricultores familiares em São Francisco de Paula, nas saídas de campo às agroindústrias familiares do município e fora dele, foi possível constatar aquilo que os autores referenciados neste TCC descrevem: a gama de pequenos agricultores em busca da manutenção das formas mais tradicionais de cultivo e preparação de alimentos, artesanato e outras atividades. Os agricultores familiares são, sem dúvida, um grupo social com características diversas, mas iguais em suas dificuldades.

A importância dos trabalhos junto a agricultura familiar se faz pela necessidade que estes agricultores tem de apoio em todas as áreas e um curso voltado à administração da propriedade rural, com conhecimento das formas de atuação e de inclusão nos mercados econômicos, assim como gestão e planejamento a médio e longo prazo de empreendimentos solidários, ou com vocação econômica. Esse é o viés da Administração Rural e Agroindustrial, um curso com perfil de vital importância para o desenvolvimento rural, assim como as pesquisas com vocação à sustentabilidade dos processos produtivos.

2. REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

2.1 COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

A regulamentação dos empreendimentos associativos está tanto na Constituição Federal, como no Código Civil Brasileiro. Em ambas estão descritas as leis que regem as associações e os empreendimentos associativos, havendo em alguns casos, também legislação Estadual e/ou Municipal, todas sujeitas à Legislação Federal, expressa nos artigos XVIII ao XXI e artigo 174 §2º e pela Lei 10.406/2002, artigos 53, 61 e 2031 do Código Civil Brasileiro. O termo associação agrega uma série de modelos de organização que possuem objetivos e finalidades diferentes entre si, por possuírem características próprias, embora com similaridades básicas. Segundo Paul Singer (2002), a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.

Os tipos mais utilizados, por seus fins são: a) Associações filantrópicas, que reúnem voluntários que prestam assistência social; b) Associações de pais e mestres, que representam a organização da comunidade escolar, com o objetivo de discutir melhoras nas condições do ensino e integração da escola com a comunidade; c) Associações de defesa da vida, que geralmente são organizadas para defender pessoas marginalizadas na sociedade e sem condições de superar suas próprias limitações, exemplo das APAE; d) Associações culturais, desportivas e sociais, organizadas por pessoas ligadas ao meio artístico, com objetivos educacionais e de promoção de temas relacionados as artes e questões polêmicas da sociedade como racismo, gênero, violência, se enquadrando neste grupo também os clubes esportivos e sociais; e) Associações de consumidores, voltadas ao fortalecimento frente aos comerciantes, a indústria e ao governo; f) Associações de classe, que representam os interesses de determinada categoria profissional ou empresarial; g) Associações de produtores, em que se incluem os pequenos produtores rurais e os artesãos, que se

organizam para a realização de atividades produtivas ou em defesa de interesses comuns e de representação política (SEBRAE/OCIP 2014). As associações assumem princípios e uma doutrina que se chama *associativismo* e expressa a crença de que, juntos, pode-se encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida e sociedade apresentam.

Estes princípios são reconhecidos em todo mundo e são a base das diversas formas que as associações podem assumir, como: cooperativas, sindicatos, fundações, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), redes de empresas, clubes esportivos, sociedades beneficentes, etc. São sete os princípios que regem os empreendimentos associativos: 1) Adesão voluntária; 2) Gestão Democrática; 3) Participação Econômica dos Sócios; 4) Autonomia e da Independência; 5) Educação, Formação e Informação; 6) Interação/Intercooperação; 7) Interesse pela Comunidade.

A diferenciação se dá através da forma jurídica de cada tipo de associação que se organiza de acordo com a sua atividade e a sua finalidade, podendo ser classificadas em três grupos principais: a) aquelas que tem por fim o interesse pessoal dos associados, sem objetivo de lucro, como as sociedades recreativas ou literárias; b) as que tem por objetivo principal a realização de uma obra estranha ao interesse pessoal dos associados; c) as associações que tem por finalidade principal, ficarem subordinadas a uma obra dirigida autonomamente por terceira pessoa (SEBRAE/OCIP, 2014).

Por seus princípios doutrinários as associações se baseiam na autogestão, que por meio da assembleia geral dos sócios são definidas as práticas e linhas de ação da instituição e eleita a diretoria que ficará responsável pela administração do empreendimento.

2.1.1 A Origem Histórica do Cooperativismo Moderno

A origem histórica do cooperativismo moderno tem como referência a sociedade Inglesa do século XIX, que vivia o impacto das transformações no mundo do trabalho em decorrência da revolução industrial. O advento da era das máquinas

modificaria profundamente as relações de produção e conseqüentemente, a divisão do trabalho (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

. A economia que desde a idade média era exercida por corporações profissionais, em que o artesão exercia atividade em casa, ou numa dependência anexa, passou por uma mudança radical em que as corporações perderam seu lugar para o sistema capitalista de produção (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

. No século XIX a modernização do setor têxtil sofre um impulso extraordinário na Inglaterra com o aparecimento da máquina a vapor, aumentando a produção em escala. Estradas são construídas, surgem as ferrovias e se desenvolvem outros setores, como o metalúrgico. Com o avanço da industrialização e a urbanização, muitas famílias de artesãos foram obrigadas a vender sua força de trabalho para sobreviver. Contratava-se também mulheres e crianças para pagar salários mais baixos, em torno de 1/10 do salário de um homem adulto (FORGIARINI, 2018).

A mecanização na indústria provoca desemprego em massa e a miséria é coletiva. A intranquilidade social é campo fértil para a criação de grupos opostos ao liberalismo econômico, surgindo, assim as primeiras organizações da classe trabalhadora (sindicatos, associação de funcionários e comitês de fábrica). Foram as primeiras expressões de denúncia, de autodefesa e de sobrevivência diante da condição social em que viviam (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

. É nesse contexto que nasce o embrião do cooperativismo moderno. A corrente doutrinária do cooperativismo moderno é contemporânea a experiência de Rochdale (1844). Essas circunstâncias possibilitaram o florescimento dos chamados “Socialistas Utópicos”, Franceses e Ingleses, com destaques para: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1858), Francois Marie Charles Fourier (1772-1837), Philippe Joseph Benjamins Buchez (1796-1865), Luis Blanc (1812-1882) e Frederich Raiffeisen (1818-1888), (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

. Essas concepções estavam imersas em ideais de fraternidade e justiça, com um tom utópico (PINHO, 2004). Havia na época um grande entusiasmo pela tradição de liberdade e, ao mesmo tempo o ambiente intelectual dos socialistas estavam impregnados do ideal de justiça e fraternidade (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

A esse quadro intelectual está somado a realidade constituída pelo sofrimento da classe trabalhadora, que se criou o contexto propício ao aparecimento das cooperativas. Os trabalhadores das manufaturas da época eram qualificados e possuíam associações de ofício, que controlavam o exercício profissional. Com a introdução das máquinas, estes profissionais começaram a sofrer concorrência com as fábricas, que empregam pessoas não qualificadas, geralmente egressas do campo.

Os produtos industrializados eram mais baratos que os artesanais, assim os trabalhadores manufatureiros logo ficariam desempregados. As associações tentaram impedir que as máquinas lhes tirassem o sustento, mas em vão. Suas ações, por vezes violentas, foram reprimidas com mais violência ainda (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

Nesse contexto, Robert Owen (1771-1858), um dos pais do socialismo, pregava que as indústrias eram benéficas por baratear os produtos, porém que os lucros deveriam ser divididos entre os funcionários, que passariam a fazer a gestão da empresa. Owen propunha a criação de aldeias cooperativas no entorno das indústrias em que os meios de produção fossem geridos cooperativamente. Durante sua vida, Owen criou várias aldeias com esse caráter. Uma nos Estados Unidos e as demais na Inglaterra (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

2.1.2 Princípios do Cooperativismo

Segundo Pinho (2004) e Fleury (1983), as situações de crise do capitalismo são frutíferas para o desenvolvimento do cooperativismo. Isso não foi diferente em meados do século XIX e continuam ressurgindo a cada nova crise. A “Sociedade Equitativa do Pioneiros de Rochdale”, ao inspirar-se em outras experiências, teve um cuidado especial em harmonizar as questões positivas anteriores, sem se descuidar do aspecto doutrinário, construído e institucionalizado pelos 28 tecelões há mais de 170 anos na Inglaterra (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

A história dos tecelões da cidade de Rochdale, situada no condado de Lancashire, na Inglaterra, importante distrito industrial têxtil, tem sido a grande referência para o cooperativismo moderno. Schneider (1999) afirma que a menção

“equitativa” no nome da sociedade não era em vão, representava o real espírito de igualdade, de cooperação, fortalecendo o pensar coletivo, mas respeitando a liberdade de cada membro. Pinho (2004) afirma que embora a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), tenha modernizado os princípios cooperativistas, eles ainda se baseiam na experiência de mais de meio século atrás (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018)

A modernização é importante dada a realidade econômica e social, contudo os valores, apregoados pelos princípios, são questões identitárias entre as cooperativas de todo o mundo (SHNEIDER,1999; PINHO, 2004 *apud* FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

O ponto chave foi o cuidado com que os Pioneiros de Rochdale tiveram com os aspectos morais da doutrina cooperativista afirma Schneider (1999). O cooperativismo surgiu em outros países, na mesma época, notadamente na França, ligada as causas operárias. Na Alemanha foram desenvolvidas as cooperativas de crédito, rurais e urbanas, seguindo modelos diferentes, porém seguindo os mesmos princípios básicos. As cooperativas alemãs, futuramente, dariam origem a uma das cooperativas de crédito mais antigas do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul (RS), ainda em atividade com sede no município de Nova Petrópolis (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

Friedrich Daiffeisen (1818-1888), alemão, entre os anos de 1852 e 1854 fundou a primeira cooperativa de crédito chamada de Sociedade Benevolente de Heddesdorf, que ficou conhecida como “Caixa Raiffensen”. Orientada inicialmente para economia e para o crédito para os camponeses que sofriam com a miséria, as caixas Raiffensen também forneciam elementos necessários para a agricultura e a comercialização de produtos. As caixas Raiffensen ficaram conhecidas em toda Europa e em muitos países fora do continente e influenciaram a evolução do cooperativismo em geral, disseminando ideias de autoajuda, autorresponsabilidade e autoadministração (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

Charles Guide (1847-1932), embora não integre o hall dos socialistas utópicos, é considerado o precursor do cooperativismo moderno. Guide pensou um programa de um novo sistema econômico social, a “República Cooperativa”, onde os

consumidores e associados de cooperativas organizassem a produção e as demais atividades econômicas com o objetivo de satisfazer suas próprias necessidades de consumo. Promotor da Escola de Nimes, escreveu diversos livros como o “Tratado de Economia Política”, “História das Doutrinas Econômicas” e as “Sociedades Cooperativas de Consumo” (PINEDA *et al.*, 1944).

Foram essas as bases teóricas que em 1844 estimularam os 28 tecelões de Rochdale em sua empreitada. Os sete princípios básicos que inicialmente foram adotados pelos pioneiros de Rochdale são a base de todo empreendimento cooperativo (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018).

Sendo o cooperativismo uma realidade dinâmica, o enfoque filosófico-doutrinário poderá orientar-nos sobre o que devemos fazer hoje na realidade que nos circunda, com tudo o que já sucedeu na história do cooperativismo e, em vista do que foi e do que é hoje, projetar sua continuidade para o futuro. A doutrina, por sua vez, inspira um sistema que compreende uma estrutura e uma organização, com suas leis, estatutos e regimentos etc., e um movimento que tem sua dinâmica processual feita por homens, no uso de sua libertação, em busca da satisfação de suas necessidades materiais e culturais e de sua realização individual e comunitária. A doutrina é constituída pelos elementos não observáveis de imediato, mas que constituem a base de sustentação do cooperativismo e lhe conferem a especificidade frente a outras organizações. E esta base é constituída especialmente pelos valores da liberdade, da justiça e da solidariedade. (SCHNEIDER, 1999, p.75).

Em 1995, ao comemorar seu centenário, a Aliança Cooperativa Internacional, órgão máximo de representação do cooperativismo, estabeleceu os princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo, resumidas nestas sete preposições¹:

1º) Associação voluntária e aberta: podem associar-se às cooperativas todos aqueles que apresentam condições de utilizar seus serviços e queiram aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, raça, condição social, preferência política ou credo religioso.

2º) Controle democrático dos membros: significa participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas quer

¹ Link de acesso:
<http://www.gestaocooperativa.com.br/tabid/498/articleType/ArticleView/articleId/93/A-Aliana-Cooperativa-Internacional-e-o-Dia-Mundial-do-Cooperativismo.aspx>.

na tomada de decisões. Enquanto nas cooperativas de primeiro grau pratica-se a igualdade de direito (um membro um voto), nos demais níveis os critérios de votação poderão ser estabelecidos segundo a representação dos associados por um determinado número de delegados devidamente credenciados.

3º) Participação econômica dos membros: controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. A assembleia geral poderá fixar uma limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que se associa a cooperativa (cotas-partes), bem como benefícios aos cooperados.

4º) Autonomia e independência: decorre do entendimento adotado pela ACI de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização. No caso de haver entendimentos para apoio de outras organizações, inclusive governos, ou captação de recursos de fontes externas, devem ser asseguradas a autonomia e o controle democrático da cooperativa por seus próprios associados.

5º) Educação treinamento e informação: dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam, efetivamente, contribuir para seu desenvolvimento. Além disso, a natureza e os benefícios do cooperativismo devem estender-se ao público, em especial aos jovens e aos líderes da comunidade.

6º) Cooperação entre as cooperativas (Intercooperação): o trabalho em conjunto e/ou a interação das cooperativas em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva.

7º) Preocupação com a comunidade: os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades. A ACI, durante as comemorações do seu centenário reafirmou que os valores cooperativos estão baseados na ajuda mútua, auto responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Com base na tradição de seus pioneiros, a ACI reitera a importância

dos valores éticos da honestidade, dos mecanismos democráticos de consulta e informação dos associados, da responsabilidade social e da associação voluntária de pessoas para se entreatarem economicamente. E insistiu na permanência atual de direcionamento do modelo cooperativo para o desenvolvimento auto sustentável, a valorização dos recursos humanos, a participação consciente de seus associados, a defesa da ecologia e a perfeita interação da cooperativa ao seu entorno, nos aspectos político e social.

2.1.3 Classificação das Cooperativas

Para a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), existem três tipos de organizações cooperativas no país:

1) As cooperativas chamadas de primeiro grau, uma cooperativa de pessoas: tem por objetivo a prestação de serviços aos seus associados. É formado por, no mínimo, 20 cooperados e, na regra geral, admite pessoas jurídicas, desde de que sua atividade principal não seja a mesmo campo econômica da cooperativa;

2) Cooperativas de segunda grau: ou uma cooperativa para cooperativas, cuja seu objetivo é organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização dos mesmos. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares;

3) As cooperativas de terceiro grau, ou confederações. Assim como as cooperativas de segundo grau, as confederações tem o objetivo de organizar em comum e em maior escala os serviços de suas filiadas. A diferença é que as confederações são formadas por, no mínimo, três cooperativas centrais ou federações de qualquer ramo.

2.1.4 Os Ramos do Cooperativismo

Do campo as grandes cidades as cooperativas atuam em diversos setores da economia. Para facilitar a sua organização e aumentar o poder de representação nas mais variadas instâncias, tanto legislativas (junto aos governos), quanto jurídicas, os

ramos do cooperativismo no Brasil, até 2019 os eram em número de 13 (treze), agora passaram a apenas 7 (sete), os quais o sistema cooperativo brasileiro definiu como os “ramos do cooperativismo”.

Cada ramo reúne as cooperativas pelo tipo de trabalho que fazem, conforme segue: **1) Ramo Agropecuário:** reúne cooperativas relacionadas as atividades agropecuárias, extrativistas, agroindustriais, aquícola ou pesqueira. O papel da cooperativa é receber, armazenar e industrializar a produção de seus cooperados, oferecer assistência técnica, educacional e social. Hoje, segundo IBGE (2017), 48% de tudo que é produzido no campo brasileiro passa de alguma forma, por uma cooperativa; **2) Ramo do Crédito:** o negócio aqui é promover a poupança e oferecer soluções financeiras adequadas as necessidades dos seus cooperados, sempre a preço justo e em condições vantajosas aos associados, com foco nas pessoas e não no lucro; **3) Ramo do Transporte:** Formada por cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de carga ou de passageiros. Essas cooperativas tem gestão específica conforme o tipo de serviço que realizam, como as cooperativas de transporte individual, escolar ou de cargas; **4) Ramo do Trabalho, Produção de Bens e Serviços:** A maior mudança neste processo de modernização. É a nova denominação do ramo do trabalho. A partir de agora, este ramo engloba as cooperativas que prestam serviços especializados a terceiros ou que produzam bens tais como o beneficiamento de materiais reciclados ou artesanato. Ele reúne todas as cooperativas de professores e dos antigos ramos do esporte, turismo, lazer e os serviços especiais; **5) Ramo da Saúde:** O Brasil é referência nesse ramo, sendo o maior em número de cooperativas dedicadas à preservação e à promoção da saúde humana. Este segmento surgiu no Brasil e se expandiu para outros países. O novo ramo da saúde reúne cooperativas formadas por médicos, odontólogos ou profissionais ligados à área da saúde humana. Também pertencem a este ramo as cooperativas de usuários que se reúnem para constituir plano de saúde e são considerados operadores destes planos; **6) Ramo do Consumo:** É o ramo composto pelas cooperativas que realizam compras em comum, tanto de produtos como de serviços para seus cooperados (supermercados, farmácias), englobando também as cooperativas de consumo de serviços turísticos. A principal alteração foi a inclusão,

neste ramo, dos antigos ramos educacional, turismo e lazer; **7) Ramo da Infraestrutura:** É o ramo formado por cooperativas que prestam serviços essenciais aos seus associados, como os de energia e de telefonia, seja repassando a energia de concessionárias, ou gerando a sua própria energia, esses empreendimentos garantem o acesso dos cooperados a condições fundamentais para o desenvolvimento. A principal alteração foi a incorporação do antigo ramo habitacional, passando, com isto a incluir também as cooperativas de construção de imóveis para moradia.

2.1.5 Sistema de Representação do Cooperativismo

- Sistema de representação Estadual: Organização das Cooperativas do Estado (OCE);
- Sistema de representação Nacional: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);
- Sistema de representação Americana: Organização das Cooperativas da América (OCA);
- Sistema de Representação Mundial: Aliança Cooperativa Internacional.

2.1.6 Similaridades e Diferenças entre as Cooperativas e as Organizações Mercantis

A economia moderna funciona no espaço do mercado por meio da oferta e da procura de bens e serviços. Na relação entre oferta e procura, porém, instalou-se a concorrência entre os interesses de quem trabalha e o interesse do capital. O interesse pelo capital se impôs como motivação para a produção e distribuição de bens.

Diante disso, nasce o movimento pelas organizações cooperativas modernas, fenômeno esse, que tem a ver com a defesa do interesse do trabalho humano, contra os interesses do capital. A história do cooperativismo se confunde com a história da produção e distribuição de bens e riquezas entre os seres humanos.

O termo economia provém do grego *oikos* + *nomos* = casa + normas, e se refere a uma regularidade, isto é, normas sobre o que se passa em casa, entre as pessoas. É um termo que carrega, historicamente, relações sociais de responsabilidades, mais do que os números. É um termo que comporta valores, comportamentos, cultura, desejos, necessidades e interesses. “É um termo com conteúdo político e social” (FRANTZ, 2012, p. 13).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), incentiva que ambas as correntes, a doutrinária e a econômica, sejam contempladas nas cooperativas. Principais pontos: a) ensino das ideias e tradição cooperativas por meio de educação formal; b) o fomento a criação de programas de formação necessários para dar conta de explicar a identidade cooperativa a quem irá dirigir a organização; c) pesquisa e desenvolvimento de teorias; d) construção do conhecimento e as ideias cooperativistas que devem ser promovidas a todos os envolvidos com a organização e interessados (ACI, 2013). Esse é um dos motivos da existência de um forte sistema cooperativo no *agrobusiness* brasileiro e internacional.

Segundo Pinho (2004 *apud* FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018), com relação a importância histórica da educação cooperativista, pode-se afirmar que há um movimento de pêndulo, tendendo, inicialmente, apenas para a educação doutrinária, isto é, à formação do homem cooperativo. Posteriormente este pêndulo foi atraído para a formação técnica, seja ela do ponto de vista do trabalho a ser realizado especificamente, ou ainda do ponto de vista econômico e de gestão. Atualmente este pêndulo tem se voltado ao centro, incluindo a educação cooperativista e a formação técnica, relacionando estreitamente a educação com a capacitação. Nesse contexto, apresenta-se um breve resumo que diferencia as sociedades cooperativas e as mercantis, constituindo uma justificativa de que as técnicas administrativas não devem ser simplesmente adaptadas aos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), mas criadas especialmente de acordo com suas necessidades, capazes, assim, de maior eficiência e melhores resultados.

Nas sociedades cooperativas o principal é o homem. O cooperado poder ser, ao mesmo tempo, proprietário e usuário na sociedade. Cada sócio tem apenas um

voto nas decisões e assembleias, sendo o controle democrático, participativo e as cotas não podem ser transmitidas a terceiros. As organizações cooperativas afastam os intermediários, atravessadores, e os resultados retornam proporcionalmente aos sócios, valorizando as condições de trabalho e de vida. Defende preços justos e promove a integração entre os empreendimentos da economia solidária, além de ter um compromisso com a educação, o social e o econômico também.

Nas sociedades mercantis o principal é capital. Os sócios vendem produtos e serviços a uma massa de consumidores. Cada ação do cotista, conta como um voto nas decisões e nas assembleias, sendo assim, um sócio, por ter mais quotas que os outros, tem mais peso nas decisões do empreendimento e que afetarão o negócio como um todo, diminuindo a autonomia do restante dos sócios e mesmo o volume de negócios sendo maior, a proporcionalidade do investimento condiciona também os ganhos dos menores acionistas. O controle é financeiro e as sociedades de capital funcionam hierarquicamente.

Outro aspecto determinante é que as cotas podem ser transferidas a terceiros e os intermediários fazem parte integrante do sistema, sendo que, muitas vezes os próprios sócios são os intermediários, já que os dividendos retornam aos investidores, proporcionalmente à quantidade de ações. A quantidade de sócios é limitada a quantidade de ações disponíveis. As contratações se destinam apenas à força de trabalho, não havendo nenhum tipo de participação nas decisões da empresa. Os empreendimentos mercantis defendem o maior preço possível e promove a concorrência entre as sociedades e seu único compromisso é econômico/financeiro.

2.2.3 Empreendimentos da Economia Solidária (EES)

O mundo do trabalho no Brasil vai muito além das relações assalariadas de mercado, que são as formas típicas e características de regulação capitalista. Toda uma gama de outras atividades econômicas, que não envolvem uma relação contratual de compra e venda de força de trabalho são observadas nas diversas dimensões da solidariedade humana.

Fatores estruturais como o enfraquecimento do peso do emprego industrial no total de ocupação na economia e a precarização dos postos de trabalho ao longo dos últimos anos, evidenciaram ainda mais essa realidade heterogênea das formas de ocupação laboral (IPEA, 2016).

Alternativas às relações de trabalho se manifestam por suas naturezas distintas e podem corresponder a informalidade na atividade econômica, que tem suas raízes no contraditório e inacabado desenvolvimento da América Latina, que fez com que um grande contingente populacional buscasse diariamente estratégias individuais ou familiares, precárias, de inserção no circuito global de circulação de valor (GALIZA; GONZALEZ; SILVA, 2011 *apud* IPEA, 2016).

No contexto da realidade brasileira, ao longo da década de 1990, já como resultado da redemocratização e com o retorno da garantia de livre associação no país, muitos grupos populares (urbanos e rurais), que apresentam entre seus pontos organizacionais o cooperativismo e o associativismo, passaram a ganhar mais notoriedade no cenário regional e nacional. Como forma de unificar o discurso em torno dessa pauta, um conjunto significativo de intelectuais e representantes dos movimentos sociais passou a adotar o termo “Economia Solidária” como conceito de uma miríade de iniciativas econômicas populares, seja no campo, seja na cidade, que possuíam o trabalho coletivo e a “autogestão” (conjunto de práticas sociais que se caracterizadas pela natureza democrática das tomadas de decisão), como elementos centrais de identidade comum, isto é, “uma unidade em meio à diversidade”. As iniciativas marcadas por essas características foram então denominadas, genericamente, pelos próprios atores como: “Empreendimentos Econômicos Solidários”. (IPEA, 2016, p. 07).

Historicamente o Brasil não conduziu sua economia em direção à inclusão social e a igualdade. Até a década de 1970, apostava-se no desenvolvimento baseado na industrialização e que isso contribuiria satisfatoriamente para a redistribuição de renda. O que se viu com o crescimento econômico até 1980 foi a conjugação do crescimento com o aumento da desigualdade. Tornou-se imperativo formular estratégias de inclusão social, com medidas específicas para as camadas da

população com baixa renda, cenário este que passou a ser construído a partir da década de 1990 (GAIGER, 2014, p.160).

A economia solidária coexiste com a economia capitalista, o que torna indispensável a introdução dos EES com os demais agentes econômicos, mesmo que na forma de concorrência. Uma relação necessariamente contraditória, uma vez que o ânimo das iniciativas solidárias se afasta da mercantilização das relações humanas e caminha a contrassenso da lógica social dominante. A materialização dos ideais solidários proporciona aos envolvidos acréscimos que vão além da remuneração monetária, atingem o bem-estar social e a satisfação pessoal (GAIGER, 2014, p.160).

As iniciativas da Economia Solidária tendem a conjugar os vetores econômico e solidário. Conceitualmente, o vetor econômico está ligado aos recursos produtivos, ao trabalho e a geração de renda, enquanto o vetor solidário relaciona-se à cooperação, à gestão e à valorização dos sócios/as. Portanto é natural que os EES estejam alinhados com objetivos próprios a indivíduos da classe assalariada, segundo motivações que tendem a crescer e não diminuir nos períodos em que seu poder de negociação é maior. Em outros termos, quando a segurança em relação a determinadas necessidades, por estarem satisfeitas, permite dar curso a antigas demandas e novas aspirações.

Segundo Kaleki (1943 *apud* GAIGER, 2014) o nível de segurança social e econômica, expresso pela percepção positiva do cenário, provocada pela agregação de efeitos da economia e seu conjunto, é um dos determinantes do impulso necessário para que os indivíduos persistam ou abram novas vias de ação em prol de suas necessidades e aspirações.

Segundo as análises realizadas na base de dados nacionais do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), não ficou comprovada a hipótese de que as mudanças conjunturais da economia, teriam impacto na subjetividade dos integrantes dos EES. Porém a hipótese também não foi desmentida, pelo contrário, os dados demonstram que quando o nível de emprego aumentou globalmente, assim como a distribuição de renda e o poder de compra dos salários, também cresceu o número de Empreendimentos da Economia Solidária: “Mais que uma reação ao desemprego, eles representam uma escolha ousada por um novo tipo de trabalho.

Resultantes de um impulso macro, mas que também se deve a impulsos micro, que afetaram positivamente aqueles indivíduos” (GAIGER, 2014, p. 128).

As experiências positivas dos trabalhadores e sua capacidade de idealização são o que converte uma possibilidade em projeto e ação prática. Perseverar na Economia Solidária não se explica pela falta de alternativas, mas pela escolha dessa alternativa. (GAIGER, 2014, p. 129).

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

Os agricultores familiares hoje conhecidos no Brasil, são aqueles mesmos que recebiam denominações como, roceiro, colono, produtor de baixa renda, pequeno produtor, caboclo, isso dependendo da região do país. “Essas referências sobre as pessoas que vivem, trabalham e produzem no campo também indicam uma forma rústica e ingênua de ser.” (ALTAFIN, 2007).

A história recente tem buscado entender essas pessoas como atores sociais atuantes em suas diferentes configurações. Em seu artigo “Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar”, Iara Altafin (2007), nos apresenta as cinco categorias principais que formariam o conjunto de atores sociais, em suas diferentes formas de produção e organização e que seriam denominados de Agricultores Familiares.

Na medida em que avança na historiografia surgem cinco categorias importantes para a agricultura familiar no Brasil, que inicia a partir de seus habitantes originais, os índios. Eles foram os primeiros fornecedores de alimentos aos colonizadores portugueses.

[...] a época do descobrimento os ameríndios já eram agricultores, já cultivavam quase todas as espécies que constituíam objeto de atividades agrícolas durante o período colonial, com exceção da cana de açúcar e o trigo, única contribuição portuguesa. (AMARAL, 1958, p.114 *apud* IARA ALTAFIN, 2007).

O mesmo autor faz referência a dados históricos de que os indígenas já plantavam milho, mandioca, abóbora, batata, feijão, arroz, batata doce e outros produtos. Esta agricultura se expandia com os instrumentos agrícolas trocados com

os colonizadores. Esta relação inicial de cooperação e trocas com os portugueses, logo iria dar lugar a escravidão, que perdurou por dois séculos.

Segundo Cardoso (1987 *apud* ALTAFIN, 2007), em documentos históricos existem relatos de que escravos índios viviam em grandes fazendas e que cultivavam em lotes para a produção de alimentos, vendendo excedentes aos seus donos e para fora da fazenda. A mão de obra dos índios se destacou por formar importantes núcleos de produção de alimentos no Brasil. As missões tinham a função de gerar um campesinato sedentário em uma região que não o conheceu em tempos pré-colombianos. Também no sul do país, os indígenas, nas missões desenvolveram áreas de plantio e de criação de animais. Com a perseguição aos jesuítas e sua expulsão no século XVIII, muitos indígenas transformaram-se em mão de obra nas estâncias de criação de gado.

A segunda etnia citada são os escravos Africanos. Cardoso (1987, p. 92) relata que diversos documentos históricos citam que haviam lotes de terras cultivados por escravos negros em dias livres. Há toda uma discussão sobre os “dias livres”, e uma certa disputa religiosa a esse respeito, mas este não é o nosso foco. Entre os diversos motivos para a concessão destes lotes aos escravos, os mais frequentes eram que isso minimizava os custos de força de trabalho para os fazendeiros. Estrategicamente isso ligava o escravo à fazenda e evitava fugas, pois se isso ocorresse, o direito ao lote era revogado (ALTAFIN, 2007).

Cardoso (1987 *apud* ALTAFIN, 2007), os documentos relatam que nos engenhos havia a possibilidade de um escravo cativo de dispor dos excedentes de sua produção. Também existem registros de que, uma vez cumpridas suas tarefas, o escravo poderia trabalhar em seu lote e que era possível comprar, com seus excedentes a própria liberdade, assim como a dos seus.

As vendas eram feitas dentro do próprio engenho, porém o valor pago pelo senhor era um terço do valor de mercado, na época. Alguns estudos em inventários de escravos, relatam dívidas a receber por alimentos e animais comercializados, criados e produzidos em áreas de grandes fazendas. Fica claro em todas as análises de Cardoso, que existiu a produção de alimentos por escravos negros africanos, vinculados não só ao autoconsumo, como também ao mercado. Os mestiços,

geralmente filhos bastardos de senhores de engenho, sem herança, acabavam ocupando terras marginais aos engenhos, viviam da agricultura e forneciam alimentos para os engenhos e para as vilas mais próximas.

O plantio de alimentos era um problema para a coroa portuguesa que fez algumas tentativas legais de fazer com que mais alimentos fossem plantados para abastecer os centros urbanos. O cultivo de alimentos durante o Brasil colônia, era realizada em terras esgotadas pela grande agricultura e por uma população crescente de mestiços.

No Brasil em 1835, havia um regime denominado de Morgadio, o qual somente o filho primogênito é que teria direito a herança. Isso para que as terras não fossem divididas em partes para cada herdeiro, os outros filhos eram agregados do herdeiro legal. Aos filhos “brancos não herdeiros”, em caso de desavença com o herdeiro, restava a abertura de novas áreas pela ocupação e uso de terras. Eram áreas abandonadas, com solo cansado e que não apresentavam condições ideais de fertilidade as terras ocupadas pelos não herdeiros (MARTINS, 1986, p. 32). Em muitos casos recebiam a concessão da sesmaria das áreas ocupadas. Devido à falta de capital para compra de escravos, necessários para a agricultura de exportação, estas terras eram destinadas a produção de alimentos para o mercado interno. A situação dos brancos não herdeiros era muito diferente em relação aos mestiços no que diz respeito ao direito às terras.

[...] permitia a um branco herdeiro Morgadio abrir a sua própria posse onde pudesse, e assim obter a sesmaria. Já um mestiço pobre podia abrir a sua posse, mas devido aos mecanismos tradicionais de exclusão que alcançaria o impuro de sangue, dificilmente podia tornar-se um sesmeiro. (MARTINS, 1986, p. 34).

Desta forma os filhos legítimos de brancos de famílias portuguesas, tinham acessos as instâncias de poder, a políticos e a grupos econômicos que detinham o poder na época. A última etnia descrita é a dos imigrantes europeus, que com a chegada de Dom João VI ao Brasil em 1808, inicia-se uma política de incentivo a imigração de trabalhadores europeus para a formação de núcleos para produção de alimentos. Os colonos recebiam lotes de terra doados pelo governo, que custeava a viagem para o Brasil e pagava pelos primeiros implementos agrícolas.

Furtado (1999, p.124), considera que essa experiência da criação de colônias não tinha fundamento econômico e era baseado na crença da superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja raça era distinta daqueles europeus que colonizaram o país. Quando os subsídios governamentais cessaram, os imigrantes não conseguiram manter suas atividades comerciais. Com as barreiras impostas pelos grandes fazendeiros os imigrantes não tinham acesso as culturas mais rentáveis para exportação.

A elite agrária brasileira, com forte influência no governo, bloqueava qualquer iniciativa de subsídio ao imigrante, no que diz respeito as culturas de maior valor comercial, pois além de não resolver o problema da falta de mão de obra nas grandes lavouras, ainda traria concorrência aos latifundiários. (FURTADO, 1999, p.125).

A ampliação das lavouras de café pressionada pela falta de mão de obra resultante da proibição do tráfico de escravos, impulsionaram a imigração europeia novamente, mas em bases diferentes. Agora os colonos eram fixados nas fazendas de café e subordinados ao proprietário. Com a situação interna da Itália e as restrições para imigrar para América do Norte, o Brasil passa a ser a alternativa. “Este processo de recrutamento e de fixação dos imigrantes passou a ser denominado de “imigração subvencionada” reservando-se o nome de colonização ao primeiro sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos (PRADO JUNIOR, 1998, p.189).

No primeiro ano os imigrantes não recebiam salário, mas tinham terra disponível para plantar o seu sustento. No segundo ano o pagamento era parcialmente em dinheiro e a principal renda era o cultivo para venda. Os produtos eram plantados entre as linhas de café, em um pequeno lote cedido pelo fazendeiro. “Este regime seria conhecido como colonato e ficaria em vigor, com algumas variações até a metade do século XX” (FRAGOSO, 1990, p.150). Com a chegada dos imigrantes houve uma transformação na produção de alimentos para o mercado interno no Brasil.

Enquanto a grande propriedade voltada a monocultura de exportação recebia estímulos e garantias governamentais, as formas camponesas ligadas aos cultivos alimentares, voltados ao abastecimento interno era colocado as margens das políticas públicas, [...] foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. (WANDERLEY, 1999, p. 37).

2.3.1 Conceito e Definições

Sérgio Schneider (2006, p. 295) no livro “Diversidade da Agricultura Familiar”, escreve sobre os avanços significativos nos estudos sobre as formas familiares de produção e sua relação com o processo de desenvolvimento rural, principalmente do final da década de 1990 para 2000. Conforme Schneider (2006), desde de o início da década de 1990 um conjunto de publicações e pesquisas provocaram uma renovação importante nos temas que pautaram as pesquisas no meio rural, indo muito além das questões técnico produtivas agrícolas para dar mais atenção a agricultura familiar, sendo este, um fenômeno recente.

As formas sociais que hoje recebem a denominação de agricultores familiares, anteriormente eram denominadas segundo seu contexto histórico-social. Segundo o autor a afirmação recente da noção de agricultura familiar se deveu à um movimento sincronizado, conjugando atores políticos, sociais e intelectuais. Esses movimentos surgiram no início da década de 1990, patrocinada pelos movimentos sindicais, que aos poucos foram deixando o discurso de representação dos trabalhadores rurais e passaram a se identificar com a agricultura familiar (SCHNEIDER, 2007).

E em termos político institucional a legitimidade da agricultura familiar é alcançada a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Decreto nº 1946 de 1990). Com o PRONAF cria-se também uma estrutura de Ministério capaz de congrega os mecanismos necessários para a implementação da lei. No campo intelectual as discussões se davam no âmbito da propriedade, da força de trabalho e da propriedade familiar.

A crescente projeção social e política da agricultura familiar no Brasil pode ser compreendida como expressão do seu reconhecimento e legitimação, o que demandou ampla capacidade de mobilização, protestos e ações dos próprios agricultores, materializados em políticas governamentais cada vez mais identificadas com esse público. (SCHNEIDER, 2006, p. 09-10).

Porém o autor atenta para o fato de que do ponto de vista sociológico a “reificação” das várias formas de organização familiar num único termo, não ajuda a compreender a agricultura familiar e que a utilização, por muitas vezes, do senso

comum, ou a utilização da forma “operacional”, estabelecida na Lei 11.326 de julho de 2006, como conceito de agricultura familiar e/ou utilizar o conceito de propriedade e trabalho familiar, acaba sendo uma tentativa de sintetizar “uma miríade” de formas sociais que não se enquadram nem no sentido normativo das políticas e nem pelo caráter familiar (SCHNEIDER, 2007).

Como marco importante dessa discussão Schneider (2007 *apud* ABRAMOVAY, 1992), indica a existência de uma distinção fundamental da discussão entre agricultores familiares e camponeses.

[...] sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo imperfeito a mercados imperfeitos, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas, a agricultura familiar, seria “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...]”. Aquilo que era antes um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho”. (ABRAMOVAY, 1992, p. 22 e 127).

Em seu texto “Reflexões sobre o Conceito de Agricultura Familiar”, a autora Lara Altafin (2007) comenta que, quando o Poder Público implanta uma Política Federal voltada para o segmento “Agricultura Familiar”, ele utiliza-se de forma “operacional” o conceito, para delimitar o público, centrado em um grupo bastante heterogêneo, para que diversas categorias pudessem ser abrangidas pelos efeitos das políticas em discussão.

Apesar de haverem “duas correntes” mais fortes de pensamento sobre o conceito de agricultura familiar: aquela que considera uma agricultura familiar como a agricultura nos moldes do camponês e não deseja romper com as formas tradicionais de produção e comercialização e a outra corrente que vê a integração entre a cultura e a modernização dos meios de produção e acesso aos mercados, como sinônimo de adaptação e a busca de continuidade, e que as adaptações e modernizações fortalecem os vínculos e não representam uma ruptura definitiva com as formas anteriores.

Abramovay (1992) comenta que uma agricultura familiar altamente integrada no mercado, que integra os principais avanços técnicos e que responde às políticas governamentais, não pode ser chamada de camponesa. O autor considera que existe uma distinção conceitual, pois que originalmente os ambientes sociais nos quais as

duas formas se desenvolveram caracterizam uma e outra embora o caráter familiar (ABRAMOVAY, 1992).

No artigo intitulado “Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura”, Schneider e Niederle (2008), comentam que as formas sociais familiares que se organizaram e se desenvolveram no meio rural brasileiro a partir do século XIX, que surgiram por meio de processos de ocupação do território interiorano pela entrada dos imigrantes de origem europeia especialmente na parte Sul do País, haviam também grupos sociais formados por descendentes de indígenas que se miscigenaram com os primeiros colonos europeus, assim como com escravos vindos da África, muitos organizados em Quilombos. Os autores complementam ainda que para compreender as formas familiares de trabalho e suas estratégias de reprodução ao longo da história, a primeira questão é a comparação entre a configuração atual da agricultura familiar (ou grupos sociais assim identificados) em relação as formas sociais que se implantaram no passado, fruto de ocupações e de colonização (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Objetivamente é sobre a possibilidade de se afirmar que os colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores, ribeirinhos e tantas outras categorias do senso comum estão nas origens da agricultura familiar. Segundo o entendimento aqui adotado, embora trabalhem um pequeno lote de terra, mobilizando e utilizando a força de trabalho do grupo doméstico, os distintos grupos sociais espalhados pelo Brasil formados pelas diversas categorias de habitantes do espaço rural podem ser denominados de agricultores familiares. Em termos empíricos e do senso comum, os indivíduos e as famílias denominados camponeses, ou denominados corriqueiramente de colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores ou ribeirinhos, pertencem fazem parte de um mesmo grupo social ou de uma mesma classe. O que lhes confere essa identidade social está no fato de que constituem um vasto contingente social que possui acesso precário, parcial ou insuficiente a meios de produção, como terra e capital produtivo, assim como informações e canais de escoamento de sua produção excedente. A força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante, mas enquanto núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível em que as relações de consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social. Embora produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos mais próximos ou mesmo aos mercados mais distantes, essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o auto abastecimento ou para o auto consumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista em que estão inseridos. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p.993).

Em “Diversidade e Heterogeneidade da Agricultura Familiar no Brasil, implicações para as políticas públicas”, Schneider e Cassol (2009) escrevem que, se de um lado o reconhecimento da agricultura familiar se refere a um movimento ou esforço cognitivo as vezes político-retórico para qualificar e renomear a forma como os camponeses e os pequenos produtores eram até então definidos, trata-se também de atribuir um novo sentido analítico e político, pois a agricultura familiar passa a ser entendida como uma categoria social diversa e heterogênea pelos estudiosos, cientistas, atores e organizações sociais pelo seu papel estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico.

Trata-se, nesse sentido, de um movimento de afirmação que percorre o caminho indicado por Bourdieu (1977; 1981; 1993), quando se referiu ao modo como as categorias do mundo empírico e político passam a influenciar o campo analítico a medida que são construídos como temas e objetos de reflexão sociológica (SCHNEIDER; CASSOL, 2009).

Van Der Ploeg (2006), em seu artigo “O Modo de Produção Camponês Revisitado”, se refere ao movimento que aconteceu ao final da década de 1960, onde houve uma “emergência” para a agricultura empresarial e isso somente seria possível devido as condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização industrial massiva, iniciada nas décadas de 1960 e 1970 em todo o mundo. Juntamente com novas formas de produção, onde o trabalho perdia espaço para a mecanização e a utilização de insumos, as formas de financiamento da produção estavam atreladas aos seguros rurais, conseqüentemente, ao sistema financeiro e aos pacotes da chamada “Revolução Verde”.

No Brasil este processo de modernização atinge de forma cruel os pequenos produtores, que sem condições de acesso aos meios de produção permaneceram com a agricultura de subsistência e que, muitas vezes, por falta de recursos é forçado a abandonar sua terra. Com a redemocratização e a volta da possibilidade de livre associação, acaba fortalecendo aqueles movimentos sufocados durante a década de 1960.

Os movimentos sociais do campo se articulam em torno de pautas sociais e econômicas. Neste contexto são discutidas políticas públicas de enfrentamento à

fome e a miséria, regulamentação previdenciária, reconhecimento institucional para as categorias de trabalhadores rurais, assim como canais de crédito para a agricultura familiar, ribeirinhos, artesãos, comunidades tradicionais e outras categorias completamente esquecidas pelo Estado.

A rigor, antes da década de 1990 a própria referência a agricultura familiar era quase inexistente. A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 estabelece os conceitos os princípios e os instrumentos destinados a formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos rurais familiares. Em seu artigo terceiro, consideram-se agricultores familiares e empreendimento familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural, que atendam, simultaneamente todos, ou em parte os requisitos destinados a cada categoria abrangida pela lei, conforme segue:

- I) não detenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais de terra;
- II) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III) tenha um percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento;
- IV) dirija o seu estabelecimento, ou empreendimento com a sua família.

A Lei também estabelece como beneficiários outras categorias de trabalhadores e populações tradicionais, desde de que todos atendam às limitações impostas relativos ao tamanho da propriedade, da gestão familiar e da renda mínima provinda da atividade familiar, são eles: silvicultores, que cultivem espécies exóticas e que promovam o manejo sustentável do ambiente; aquicultores, que explorem recursos hídricos com reservatórios de até 2 hectares (ha), ou ocupem 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água em tanques-rede; os extrativistas que exerçam a atividade extrativista no meio rural, excluídos os garimpos e faiscaidores; pescadores que exerçam a atividade de forma artesanal; povos indígenas; integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Dentre os princípios da Política Nacional da Agricultura Familiar estão: a descentralização; a equidade na aplicação das políticas, respeitando aspectos de gênero; geração e etnia; a participação dos agricultores na formulação e implementação dessas políticas. A política fará o planejamento e a execução através da compatibilização entre áreas estratégicas como: a criação de fundo de aval ao crédito, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, seguros rurais para a agricultura familiar, redes de comercialização, habitação rural, legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária, incentivar o cooperativismo e o associativismo, educação capacitação, profissionalização e agroindustrialização.

2.4 DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR

Do ponto de vista social e político a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi um caso exemplar. Ela foi possível porque, num determinado momento, várias condições favoráveis foram reunidas (SABOURIN, 2009). O PRONAF é uma política que vem de longe, pois existia um acúmulo histórico, tanto da demanda social como de assistência técnica, além da conjunção de fatores que se precipitaram durante os governos Itamar Franco (1992/1994) e o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002).

Antes da criação do programa, houve uma sucessão de pequenos passos e tentativas de uma política para a Agricultura Familiar. No País, cada vez que um movimento social conseguia se estruturar, o Estado respondia, primeiro com repressão, depois colocando o movimento sob sua tutela. Historicamente diversos autores atestam para a repetição deste fenômeno de controle e instrumentalização dos movimentos sociais do campo, por parte do governo nos últimos cinquenta anos (SABOURIN, 2009).

Frente às ligas camponesas no Nordeste, a primeira resposta institucional foi à criação da Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA), em 1962. Contudo, o decreto que autorizava a desapropriação de terras em torno das rodovias

para reforma agrária, saiu dois anos depois, em março de 1964 e, ao final deste mesmo mês, o golpe decretaria a ditadura civil militar no Brasil.

Os militares criaram a Lei 4.504, formulando o Estatuto da Terra. Primeiro documento oficial sobre reforma agrária do Brasil e que criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), logo substituído pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970. O Estatuto da Terra e o do trabalhador rural respondia as demandas das ligas camponesas que, segundo Sabourin (2009), foram “desnaturadas” pela ditadura militar, colocando os sindicatos oficiais sob sua tutela, como no caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A criação do INCRA, deturpou a reforma agrária, desviando sua finalidade para a “colonização” da Amazônia, ficando a ação sindical convertida em assistência social. Uma série de “programas especiais” foram criados em resposta as mobilizações do setor, que teve como um destes programas, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP).

O Estado financiava a direção dos sindicatos ligados à CONTAG, que integravam o conselho de administração do programa, desviando mais uma vez a atenção dos sindicalistas para ações de gestão e planificação (NOVAES, 1994). Para fazer a transferência de recursos, equipamentos e de tecnologia o PAPP deu origem a uma série de associações familiares no Nordeste (SABOURIN, 2009).

Em 1985 o governo José Sarney aprovou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), já previsto no Estatuto da Terra, no âmbito do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD). O plano nunca foi aplicado. Em 1989, o MIRAD foi extinto, passando para o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (MAARA).

As primeiras tentativas do governo em desapropriar terras para a reforma agrária foram barradas pelo setor latifundiário empresarial, com a criação da União Democrática Rural (UDR), que atuou fortemente na Assembleia Nacional Constituinte, de 1988. Obtiveram sucesso através de dispositivos que tornavam os indicadores de produtividade extremamente baixos, evitando assim, a desapropriação. No governo Collor de Melo (1990 – 1992) a EMBRATER foi extinta e com ela o apoio às EMATER

nos estados. Os projetos de colonização são encerrados e nenhuma desapropriação para a reforma agrária é realizada, retomados somente no governo Itamar Franco.

Em 1996 foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, mais como uma resposta política e institucional ao massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, pela polícia militar do Pará. Foi um Ministério sem orçamento, posteriormente incorporado ao INCRA.

Durante os anos 1970 a 1990, período da modernização conservadora brasileira, as políticas públicas deram prioridade a grande fazenda e as empresas agrícolas. O apoio a produção a partir das intervenções tecnológicas em grandes unidades de produção, tinham como base a produtividade e a separação entre empresa e família. Modalidades ineficazes de integração da agricultura familiar aos grandes complexos industriais demonstravam a necessidade de uma política voltada às necessidades e diversidades da agricultura familiar no Brasil.

Com a volta da democracia em 1985, a prioridade da CONTAG e do recém criado, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e de outras entidades, foi a luta pelo acesso à terra e a aplicação do primeiro plano nacional de reforma agrária. No início do governo Fernando Henrique Cardoso e as marchas do Abril Vermelho e do Grito da Terra, vieram com pautas específicas nas modalidades de apoio à produção, crédito, capacitação e apoio técnico.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi instaurado como política de crédito agrícola, de financiamento de infraestruturas municipais (PRONAF Infraestrutura), de capacitação e de profissionalização dos agricultores familiares (Decreto de 1946 de junho 1996, confirmado pela Lei da Agricultura Familiar nº 11.326/2006).

O público alvo considera agricultores que exploram a terra como proprietários, posseiro, arrendatário ou parceiro numa área não superior à quatro módulos fiscais, utilizando até dois empregados permanentes, sendo admitido trabalho sazonal. Possuir faturamento máximo anual de R\$ 27.500,00 (na época), com renda bruta anual dependendo em 80% da produção ou da extração da propriedade. O agricultor e sua família devem residir na propriedade ou em aglomeração no entorno, ou rural

próximos. O agricultor que reunir essas condições, poderá obter o Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP).

O PRONAF foi a primeira política nacional direcionada a agricultura familiar e continua sendo a principal “[...] o programa nasceu com a finalidade de prover crédito e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 23).

Desta forma a criação do PRONAF marcou o reconhecimento do Estado Brasileiro a esta categoria social e legitimou os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais com políticas diferenciadas voltadas ao desenvolvimento rural e que atendesse as especificidades da categoria (GRISA, 2017). Para Ricardo Abramovay (1998), trata-se de um programa que ressignificou elementos da ruralidade brasileira, ao considerar a importância econômica e social da agricultura familiar, ao creditar no desenvolvimento dos pequenos municípios marcados pela presença desta categoria social, via PRONAF Infraestrutura, e ao contribuir para a valorização do meio rural como “um lugar de trabalho e vida”, a partir do incremento das possibilidades de reprodução social das famílias rurais.

Porém, o PRONAF privilegiou os chamados agricultores familiares de transição, ou seja, aqueles agricultores não consolidados como empresas rurais, mas que possuíam acesso parcial aos circuitos de inovação tecnológica e aos mercados, tendo assim, potencial de viabilização econômica a partir de estratégias de reprodução social, essencialmente agrícolas, ou seja, agricultores familiares que poderiam reagir aos estímulos e aumentando sua produtividade e sua renda (SABOURIN, 2009). O critério de acesso à política em que 80% dos rendimentos viessem exclusivamente da propriedade, praticamente definia este tipo de público para o programa.

O PRONAF crédito não era visto como um programa assistencial, mas sim como um programa para incentivar a produtividade, o que vinha de encontro com as políticas executadas para a grande agricultura. Com isso surge a necessidade de uma política voltada àqueles agricultores com dificuldades de acesso ao programa, o “Pronafinho”, que era uma linha de crédito dentro do próprio programa voltada a estes

produtores “perto da linha da pobreza”, com renda de um terço daquela exigida aos produtores para acesso ao PRONAF (SABOURIN, 2009). Trata-se de um público mais próximo das “periferias” e que apresentavam baixos resultados agrícolas e econômicos, mas que ofereciam potencial produtivo de geração de renda na unidade produtiva (SABOURIN, 2009, p. 275).

Dando seguimento às políticas públicas destinadas a agricultura familiar, surge o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um programa que trouxe inúmeras inovações estabelecendo recursos metodológicos específicos para compras públicas de alimentos oriundos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, de forma a dialogar com as características organizacionais destes segmentos (GRISA, 2017, p. 300)

O programa definiu também processos de compras com dispensa de licitação nos moldes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o que permitiu a relação entre o poder público e a sociedade civil para aquisição de alimentos capazes de abastecer os seus equipamentos voltados a alimentação e a assistência social. Segundo Grisa (2014), estes grupos sociais ainda encontram muitas dificuldades para participar do programa por dificuldades relacionadas as limitações estruturais como a falta de informação, ausência de documentação pessoal, da DAP, falta de terra, ou má qualidade das mesmas, ou com quantidade insuficiente, dificuldades de infraestruturas como estradas, acesso a água, maquinários, etc..

Por outro lado, as inovações do PAA são indiscutíveis promovendo a diversificação produtiva nas propriedades como resultado das compras com doação simultânea executada pela CONAB, estados e municípios e a compra institucional com aquisições para os diversos aparelhos do estado. Geralmente os produtos tem as mesmas características dos produtos destinados ao autoconsumo das famílias cultivados em pequenos espaços, criando uma forma de escoamento de produtos até abandonados das práticas na produção e no consumo, o que incentiva as futuras gerações que retomam essas práticas e receitas tradicionais, resgatando hábitos, histórias e receitas.

São modos de vida que passam a ser revalorizados e que vinham sendo esquecidos ao longo das gerações, muitas vezes em função de serem concebidos

como “atrasados” e/ou em decorrência de um crescente processo de mercantilização da agricultura (GRISA, 2014). Delgado (2013, p. 07) destaca como um resultado não planejado do programa, o resgate das iniciativas regionais significativas, portadoras de afirmação da identidade, autonomia e auto estima de comunidades e culturas camponesas marginalizadas pela economia convencional e pela política tradicional.

Experiências e com comunidades quilombolas no Sul e no Nordeste, com produtores agroecológicos em todo Brasil, com produtores de sementes crioulas na Paraíba, com as comunidades ribeirinhas na Amazônia, são evidências captadas dos resultados não planejados de resgate da autoestima dessas comunidades, induzidas pelo PAA. (GRISA, 2017, p.302).

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) se configurou em uma complexa, inovadora e exigente proposta de renovação da política Federal, Regional e local de desenvolvimento rural (SABOURIN, 2014).

[...] assim como o Programa Territórios da Cidadania (PTC), são políticas de vocação transversal e que não eram destinadas a contemplar apenas o público da agricultura familiar, mas que foram conduzidas quase que exclusivamente para esta categoria, sua execução sendo confiada ao MDA. (LEITE e DELGADO, 2011 *apud* SABOURIN, 2014, p.4).

Para Sabourin (2014), o projeto principal era transformar o PRONAF C infraestrutura municipal num processo ascendente para financiar projetos de escala municipal. Também, segundo o autor, para o MDA, tratou-se ao mesmo tempo de inovar institucionalmente em relação as políticas agrícolas anteriores (com projetos negociados e intermediados pela sociedade civil organizada, num marco territorial) e, ao mesmo tempo contornar as autoridades dos Estados e dos Municípios, “soberanos” na execução de programas e projetos por terem subsídios Federais.

As iniciativas em torno do desenvolvimento territorial vieram em respostas as críticas de “prefeiturização” dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), era sobre ultrapassar a escala municipal e propor um espaço microrregional, sendo este mais propício para a compreensão do recorte territorial (SABOURIN, 2014). Com as novas institucionalidades as comissões de instalação de ações foram transformadas em Colégios Territoriais (CODETER) na escala do território e a “generalização” dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural, na escala do Estado Federado.

Sabourin (2014 *apud* Grisa; Schneider, 2017), “os atores locais foram estimulados a construir, desenvolver e realizar o controle social dos projetos coletivos que atendam as demandas produtivas, econômicas, culturais, ambientais e sociais dos territórios”. Portanto, para estes autores, a política territorial do MDA deve-se a três fatores: a) a crítica dos limites do Pronaf Infraestrutura Municipal; b) a reivindicação dos movimentos sociais e sindicais em propor projetos de desenvolvimento e articulações intermunicipais e intersetoriais, procurando valorizar as potencialidades regionais da agricultura familiar; c) a intensidade do debate acadêmico sobre o desenvolvimento territorial, questionando a dicotomia rural-urbano e as altas taxas de urbanização no país e argumentando sobre a necessidade de pensar o desenvolvimento territorial, incorporado a valorização da dimensão espacial da economia e dos recursos locais. Conforme Sabourin (2014, p. 8), “Uma das dificuldades do PRONAT vem da sua ambição em associar territorialização do desenvolvimento, desconcentração com descentralização do Estado e participação popular em um mesmo processo.

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é um estudo de caso e tem cunho aplicado, exploratório, descritivo, com abordagem de tipo qualitativa.

A partir do componente curricular “Metodologia da Pesquisa”, do curso de Administração Rural e Agroindustrial da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), desenvolvi um projeto de pesquisa tendo como objeto a COOPAF-SERRANA. Neste projeto, o objetivo inicial foi o de aplicar os conhecimentos e as ferramentas de análise da administração mercadológica, estudadas nos demais componentes curriculares do curso, e com isso ir compondo o trabalho de conclusão de curso com estes dados.

Dessa forma, a coleta de dados se deu entre os anos de 2018 e 2019, período este anterior à pandemia da COVID-19. A coleta se deu, em um primeiro momento, informalmente, com coleta de dados feita diretamente com o dirigente e as funcionárias da Cooperativa. Nesta etapa coletei os seguintes dados: produtos comercializados; produtos fornecidos por cooperados e fornecedores externos; perfil dos fornecedores externos; comercialização entre cooperados; perfil dos cooperados; e, participação dos associados nas decisões.

Nesta primeira etapa, foi providencial explicar sobre a elaboração do projeto de pesquisa ao dirigente e às funcionárias da Cooperativa, que aceitaram contribuir com os dados, mediante carta de recomendação enviada pelo orientador do trabalho, naquela etapa. O dirigente e a funcionária da cooperativa concordaram em colaborar com a pesquisa e expressaram que seria importante ter um trabalho científico que mostrasse o panorama da Cooperativa. Será entregue uma cópia do trabalho, após a apresentação e as correções definitivas.

Desde o primeiro momento, das visitas iniciais à Cooperativa fiz todo o registro dos dados em um Diário de Campo, seja as conversas com o dirigente e as funcionárias, ou mesmo as conversas informais com produtores e consumidores. Este mesmo Diário de Campo com todos meus registros, que em 2021 e 2022, me orientou

a organizar as ideias para o TC, assim como me guiou para realizar as análises que o leitor acompanhará nos capítulos posteriores.

Alguns dados foram analisados por meio de duas ferramentas bastante utilizadas na área da Administração: *Balanced Scored Card* (BSC), que nos permite ter uma visão sistêmica do empreendimento em seu ambiente e a *Matriz FOFA* (Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), para medir potenciais internos e externos e os riscos nesses ambientes. Com os dados “em mãos” foi possível construir um Planejamento Estratégico para a Cooperativa para 2 e 5 anos. Este Planejamento foi apresentado nas aulas do componente curricular em 2019, e parecia dar conta do cenário da Cooperativa naquela época.

No entanto, em 2022, com a retomada do projeto de pesquisa para o TC, o Planejamento Estratégico se demonstrou desatualizado em face aos últimos acontecimentos da pandemia, e, praticamente, a Cooperativa suspendeu suas atividades durante 2020 e 2021. Portanto, sem dar continuidade nos dados seria impossível retomar a antiga ideia de projeto de pesquisa. Teria que repensar o enfoque a ser dado sobre a COOPAF-SERRANA, seguindo um compasso onde a pesquisa deveria ser readaptada ao remoto e ao bibliográfico.

Assim, esta pesquisa se deu em duas partes: a primeira parte, - revisão sistemática de literatura - revisão bibliográfica e pesquisa histórica-conceitual (dos operadores conceituais utilizados aqui), com o objetivo de trazer as reflexões dos diversos autores, que mostram como se dão as lutas dos pequenos produtores familiares por melhores condições de produção e vida, dois aspectos indissociáveis na agricultura familiar. A segunda parte da pesquisa se deu por meio do estudo de caso realizado na COOPAF-SERRANA, com dados que já haviam sido coletados anteriormente à pandemia, utilizando-me dos registros no Diário de Campo. Segundo Johanson, 2007, o estudo de caso é uma metodologia aplicada amplamente nas ciências sociais, como na psicologia, sociologia, antropologia e economia, além de campos orientados para a prática como em ciências sociais aplicadas em estudos organizacionais. Para Eisenhardt (*apud* COLLA, 1989), o estudo de caso se configura por ser uma estratégia que procura entender a dinâmica do presente, e em configurações únicas. Yin define o estudo de caso como “uma investigação empírica

que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes” (YIN, 2015, p.17).

Apesar das convergências sobre a elaboração do projeto, o direcionamento do estudo, Robert Yin, apresenta uma estruturação prévia minuciosa, a seguir: a) formulação do problema (escolher um tema); b) definir a unidade do estudo de caso; c) indicar os critérios para o estudo, de acordo com o propósito da pesquisa; d) determinar o número de casos (definir e justificar se os estudos serão em um único ou em múltiplos casos; e) elaboração de um protocolo (construir um documento que contenha o ou os instrumentos de coleta de dados, para garantir a qualidade da coleta de dados; f) avaliação e análise.

O caso em estudo preocupou-se em colocar sob a perspectiva da importância de uma cooperativa da agricultura familiar para o Município de São Francisco de Paula, para os produtores familiares, para a comunidade e para o mercado local. Os critérios adotados foram a pesquisa empírica, junto à cooperativa, no seu dia a dia e a pesquisa bibliográfica de autores pesquisadores do assunto. O protocolo foi apresentado através de *e-mail* enviado a cooperativa, apresentando o pesquisador e os objetivos da pesquisa, elabora pelo professor/orientador do projeto, naquele momento.

Para refletir sobre os instrumentos metodológicos a serem utilizados nesta pesquisa, me orientei significativamente na obra “Como escrever uma tese” Humberto Eco (1932). As etapas metodológicas foram: a) visitas à Cooperativa (entre 2018 e 2019); b) entrevistas com o dirigente e uma funcionária da Cooperativa; as entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Sendo consumidor e frequentador assíduo da cooperativa, estas entrevistas e as anotações foram feitas em diversos momentos, muitas vezes aproveitando situações do dia a dia, para discutir e buscar alternativas a partir da análise do momento. c) registros das informações no Diário de Campo; d) revisão sistemática de literatura e coleta de dados secundários sobre cooperativismo e associativismo; agricultura familiar e políticas públicas para a agricultura familiar. Aproveitei para fazer este estudo/coleta/pesquisa de dados durante os projetos e momentos avaliativos dos componentes curriculares

do curso, isto ocorreu nos anos de 2020 e 2021; e) pesquisa documental e de dados secundários da COOPAF-SERRANA – sites institucionais e trabalhos científicos; f) sistematização e análise dos dados (2º semestre de 2021 e 1º semestre de 2022); e) redação final do TC (1º semestre de 2022).

4 COOPAF-SERRANA EM PERSPECTIVA

O intuito deste capítulo é apresentar ao leitor informações sobre a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar e de Consumidores de São Francisco de Paula, RS LTDA (COOPAF-SERRANA), que foi fundada em 25 de julho de 2008, como uma sociedade cooperativa, de natureza civil, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, cuja missão é:

Defesa, divulgação e aplicação dos princípios cooperativistas, o fornecimento de produtos oriundos das técnicas ecológicas de produção agropecuária, a prestação de serviços aos associados e a satisfação de suas necessidades de consumo de bens e serviços, visando a defesa e o bem-estar da comunidade em geral e da natureza como um todo. (ESTATUTO SOCIAL, 2008).

Em sua Declaração de Valores, a Cooperativa exalta a ética, o respeito ao consumidor e ao associado, transparência financeira e fiscal, estímulo a ações inovadoras e consciência ambiental. A visão da COOPAF-SERRANA é tornar-se referência na região, tanto no fornecimento de produtos de práticas sustentáveis de produção como no atendimento ao pequeno produtor no beneficiamento e comercialização de seus produtos, com o objetivo de ter qualidade na prestação de serviços de origem sustentável, no atendimento ao consumidor e ao associado.

A associação gira em torno de objetivos e necessidades que vão além do econômico que tenha o potencial de criação de capital social, a preservação dos modos de produção tradicionais e a própria relação direta com o consumidor e que são diferenciais que o consumidor busca, como a sustentabilidade e qualidade de vida. Esses valores estão vinculados às tradições, à história e à preservação da cultura local, sendo também, grandes valores de mercado.

A cooperativa se localiza à Rua Santos Dumont, s/nº, no Centro de São Francisco de Paula (RS). A entidade se organiza administrativamente tendo como órgão superior a Assembleia Geral do Associados. O Conselho Fiscal e suas coordenadorias são: Administrativa responsável pela loja, clientes e mercados institucionais; a Coordenação financeira, responsável pelo fluxo de caixa e administração do empreendimento; a Coordenação de logística, responsável pelo recebimento e entrega de mercadorias dos clientes e dos sócios e fornecedores.

Produtos comercializados: embalagens e insumos para os produtores, mudas de hortaliças, legumes, queijos artesanais, pão caseiro, sucos, bolachas, embutidos e frutas, produtos produzidos pelos associados, assim como artesanato, farináceos².

Organização física: a cooperativa possui 3 setores, distribuídos num mesmo e amplo espaço (não há divisão física, de paredes, entre os setores) a loja, com atendimento ao público e associados, o setor administrativo e financeiro, a recepção, separação e distribuição de produtos.

A Cooperativa, nos últimos anos, vem enfrentando diversos problemas financeiros. Mesmo com um quadro de funcionários muito reduzido e poucos fornecedores, a cooperativa tem conseguido atender seus associados e a comunidade de São Francisco de Paula, turistas alguns mercados institucionais, mas fica condicionada à sazonalidade de alguns produtos.

Clientes intermediários: podemos considerar como seus clientes intermediários, os seus cooperativados.

Necessidades: comercialização de seus produtos e sua principal motivação é ter um ponto de comercialização junto ao centro urbano do município além de ter acesso aos mercados institucionais.

Perfil: agricultor familiar, longe da realidade dos consumidores dos centros urbanos, sua memória comparativa para as tomadas de decisões, estão baseadas nas condições climáticas para a produção e a situação de mercado para venda deste produto.

Feedback: volume de vendas realizado na cooperativa, pois isso também determina o que e quando plantar. Os investimentos na produção, por ser auto financiada, fica condicionada pelas vendas anteriores e pelas exigências dos Mercados Institucionais.

Clientes finais da cooperativa podemos considerar o público consumidor em geral que frequenta a loja, assim como os consumidores dos alimentos fornecidos via mercado institucional. Suas percepções quanto às necessidades é a de consumir

² Vale salientar que estes dados foram coletados em 2018 e 2019.

alimentos não industrializados, em zona urbana e de fácil acesso. Além disso, o alimento saudável e preços mais acessíveis são um grande apelo, diferentemente dos mesmos produtos comercializados nas grandes redes de mercados, onde a sustentabilidade é vendida como “*status*”, mais do que um modo de vida. Desta forma, foram identificadas atitudes de consumo consciente, de apoio ao produtor local e ao sistema cooperativista nos consumidores frequentadores da cooperativa.

Perfil do frequentador/consumidor: pode se dizer que são consumidores em busca de produtos saudáveis e que, quando isso é possível, fogem dos grandes mercados de produtos industrializados. O consumo de produtos mais saborosos, com acesso fácil e estabilidade nos preços são o feedback necessário para que estes consumidores se tornem assíduos na cooperativa.

O ponto negativo apontado pelos consumidores é a ausência de determinados produtos, porém, isto é a forma de produção tradicional, que obedece às questões climáticas e às condições ideais para o cultivo de determinadas espécies. A fruta da estação, como era antigamente chamada, ainda permanece nas práticas de cultivo tradicionais, diferentemente da produção em escala industrial, que atende aos mercados globais e isso faz com seja necessário atender em escala e sem interrupções.

Com relação à disponibilidade de produtos, cabe mais à compreensão, por parte do consumidor de que esse processo faz parte da racionalidade sustentável e que, para a aquisição de produtos de forma ininterrupta, os mercados convencionais tem essa capacidade.

Clientes diretos: mercados institucionais, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde a agricultura familiar fornece alimentos às escolas, ao Hospital de São Francisco de Paula, além de atender aos programas destinados a segurança alimentar de famílias cadastradas nos programas sociais.

Motivações: qualidade dos produtos, a entrega à domicílio (PAA e PNAE), e o preço. Em se tratando da alimentação escolar estes produtos adquiridos diretamente do produtor, criam uma experiência de sabores que aqueles produtos industrializados não possuem.

Essa relação entre o produtor, consumidor, e a forma familiar de produção de alimentos principalmente, são uma conexão com o lugar, com a história e as histórias das pessoas também. Estes são valores imateriais agregados aos produtos da agricultura familiar, conectados a geografia e a história local. Os produtos são acessados mediante chamada pública (Edital), porém os produtos são definidos individualmente para cada escola, de acordo com suas necessidades. A alimentação escolar da rede pública é definida por um profissional Nutricionista, com produtos adequados à cada faixa etária das séries atendidas pelo programa.

Memória comparativa: compras efetuadas no ano anterior e critérios como pontualidade da entrega, qualidade e diversidade dos produtos.

Tomada de decisão: menor preço e qualidade do serviço, as avaliações são feitas semanalmente, por empresa, nos quesitos qualidade e pontualidade dos serviços prestados.

Estímulo: satisfação dos alunos, porém algumas variáveis como a falta de determinados produtos podem afetar as decisões, sendo a alternativa, recorrer a compra direta no varejo. A busca de informações no sistema é realizada através de reuniões periódicas de avaliação, entre poder público e os fornecedores e as escolas.

Concorrência: dois grandes supermercados da cidade e com mercados de médio e pequeno porte localizados nos bairros da sede do município. Além disso existem as disputas pelos mercados institucionais, onde outros agricultores familiares, não-sócios da cooperativa, participam também. Enquanto feira livre, existe apenas um ponto fixo, no centro da cidade e que é revezado entre os agricultores familiares, porém a Cooperativa não demonstrou interesse em comercializar seus produtos neste local, mesmo com o risco de não ter mais como manter sua loja física, por não ter condições de arcar com o aluguel da sede, problema recorrente por falta de uma sede própria.

Durante a coleta de dados para esta pesquisa (2018-2019), a COOPAF-SERRANA contava com 11 (onze) sócios e fornecedores, que entregam frutas, hortaliças, queijo, geleias, conservas, ovos, linguiça entre outros produtos. Os produtos são expostos em gôndolas com o número de identificação do produtor, porém não há nada que vincule o produto a quem o produz, somente este número.

Este sistema visa apropriar e classificar adequadamente os produtos, de forma justa, de acordo com a qualidade entregue, porém perde o apelo da personalidade. Os outros produtos oferecidos pela Cooperativa são colocados em prateleiras e separados por tipo de produto e os produtos por setor, (ex. embalagens, tampas, potes de vidro, etc.).

Fornecedores de outras cooperativas: Cooperativa da Agricultura Familiar (CAAF) de Caxias do Sul, fornecedora de maçãs e a Cooperativa de Sertão Santana, com arroz, sucos de uva e de laranja, dentre alguns atacados e os produtores rurais.

Vantagens competitivas: podem ser apontadas neste estudo sob o ponto de vista sistêmico podemos dizer que a estrutura organizacional da Cooperativa se propõe em dar apoio ao associado para a comercialização dos seus produtos. A relação da entidade com os fornecedores não associados, com o poder público, com as outras cooperativas (Redes), é feita diretamente com os interessados. O contato com o público consumidor é uma característica e aproxima o produtor do consumidor e elimina barreiras nas negociações.

Rede: COOPAF-SERRANA, rede escolar do Município, Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico (2018-2019, após 2019 a secretaria passou a se chamar Secretaria de Agricultura), EMATER/ASCAR, produtores rurais, as cooperativas da região, consumidores e fornecedores diversos. Ainda sob o ponto de vista sistêmico, a entidade apresenta alguns fatores negativos, como um ambiente de pouca motivação por parte de seus funcionários e dirigentes.

Situação financeira: déficit, situação que não permite nenhum tipo de investimento e cria um *marketing* negativo para a entidade. A maioria dos associados deixou de fornecer seus produtos por ter dificuldades em receber pelas vendas diante das despesas da cooperativa, que causava endividamento, obrigando à constantes negociações com os credores, impedindo muitas vezes o pagamento aos associados.

Quadro de pessoal: reduzido ocasionando que um funcionário tenha que acumular diversas funções. A estrutura de funcionamento da loja é precária e requer modificações para atender toda a logística. Estes espaços locados, por vezes são inadequados à instalação de um empreendimento desta natureza, que comportam recebimento, separação, distribuição de produtos perecíveis alimentares, assim como

a distribuição de equipamentos para uma loja, que permita a boa iluminação e a circulação das pessoas com facilidade de acesso aos produtos.

Ambiente externo: o momento atual é muito propício à realização de negócios voltados aos agricultores familiares pelas suas práticas tradicionais, produção orgânica e sabores diversos. A identidade regional dos produtos tem atraído um número cada vez maior de consumidores de alimentos saudáveis, orgânicos. As pessoas tem mais tempo para cuidar de sua saúde alimentar, mas o grande apelo é para que os produtos sejam entregues em casa. O produtor mantém a oferta de produtos saudáveis, entregues frescos, enquanto que o consumidor dá condições para que ele se mantenha na propriedade e com perspectivas de futuro.

A abordagem sistêmica permite que a cooperativa se posicione tanto com os associados como com os consumidores de forma a estabelecer estratégias relacionadas as características do contexto e regras sociais em que está inserida e que exercem grande influência nos produtores e nos consumidores locais, embora, neste momento de reorganização da cooperativa necessite uma abordagem mais clássica, maximizando seu potencial produtivo.

Através da aplicação dos conceitos da Matriz SWOT ou Matriz FOFA (Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), mostra o nível de algumas fraquezas elencadas para análise, como a falta de uma sede própria e, talvez seja o maior problema enfrentado pela cooperativa. A politização da gestão no sentido de contar com apoio do poder público local a cada nova gestão, a cada nova composição Legislativa, para tentar adquirir um local próprio para construção de sua sede e agroindústria acabam por engessar as ações da gestão, sempre aguardando “posicionamentos” e “promessas” até então não cumpridas por parte do poder público e de políticos com suas “possíveis” emendas parlamentares. Quando estas emendas vão para as disputas políticas e aplicação dos recursos, a Cooperativa que conta com pouco apoio ou quase nenhum, vê os recursos serem aplicados em outros investimentos, onde o *lobby* é maior.

O número pequeno de sócios ativos e o endividamento são fraquezas importantes e que limitam as ações da Cooperativa. Como principais forças estariam, a construção de uma agroindústria e o beneficiamento dos produtos de seus

associados. As ameaças externas à Cooperativa se dão em torno de seu próprio *marketing* negativo, que ao longo do tempo foi cada vez mais se tornando um grande problema para os negócios.

Por outro lado, a cooperativa tem grandes oportunidades de negócios. A identidade dos agricultores familiares precisa ser vinculada aos seus produtos. A cooperativa pode se tornar um ponto de distribuição de produtos vindos de localidades mais distantes do município.

A certificação de produto orgânico pode ser feita através da teoria das convenções, onde os próprios produtores “se fiscalizam”, com baixos custos para a transição e a certificação. Após o período de “isolamento” e fechamento do comércio com o início da pandemia da COVID-19, e após alguns meses, com o retorno gradual às aulas, os programas institucionais retornaram e as entregas do PAA e do PNAE também. Com isso, também a Cooperativa retomou suas entregas e atividades de comercialização.

Durante o ano de 2021, a sede da COOPAF-SERRANA foi invadida mais de uma vez, e teve alguns de seus principais equipamentos furtados, como motores de câmara fria, balanças e produtos não perecíveis. Isso também demonstra que, tendo o ocorrido se repetido, não houve a atenção necessária para resguardar um patrimônio que é considerado importante pela comunidade de São Francisco de Paula.

5 ESTUDO DE CASO: COOPAF-SERRANA

O foco deste capítulo é demonstrar os potenciais competitivos e as vantagens que os Empreendimentos da Economia da Cooperação (EEC), além disso, fazer uma análise pormenorizada sobre os princípios do Cooperativismo. Afinal, como vem atuando a COOPAF-SERRANA frente aos princípios do Cooperativismo?

Com as dificuldades de acesso aos mercados consumidores, a agricultura familiar tem no associativismo uma ferramenta poderosa de criação de mercado consumidor de seus produtos nas suas localidades, assim como de constituir redes curtas de trocas de produtos e experiências com produtores e localidades próximas, associando-se a outros produtores dividindo custos, responsabilidades e lucros também.

É nesse sentido que este estudo de caso se dá, através da análise da percepção dos consumidores, dos associados e dos dirigentes e que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pela Cooperativa, tem a confiança da comunidade na entidade e na qualidade de seus produtos. Evidentemente, que também comporá este estudo de caso, as análises a partir do olhar atento do pesquisador, estudante de Administração Rural e Agroindustrial.

O Censo Agro realizado em 2017 informa que 579,5 mil estabelecimentos agropecuários no Brasil estavam associados a cooperativas, isso equivale à 11,4% de todos os estabelecimentos do País, com um aumento de 67,3% em relação ao Censo Agro de 2006, o último realizado, anteriormente ao de 2017 (IBGE, 2017).

Os estados da região sul ainda possuem os maiores percentuais de estabelecimentos associados a cooperativas. Historicamente estes estados trazem em sua colonização, em sua grande maioria europeia com sua cultura trazida do continente onde em 1844 nascia e se espalhavam pelo mundo os princípios cooperativistas dos Pioneiros de Rochdale.

Segundo os resultados apontados pelo IBGE (2017), 20% de toda a área ocupada pelos estabelecimentos rurais no país estão associados a cooperativas, somando 70,5 milhões de ha. Também, segundo os dados do Censo, em termos

percentuais 46,3% destas propriedades possuem área entre 10 e 50 ha. As propriedades com área entre 1 (um) e 10 ha, somam 22,8%, em terceiro com maior percentual são as propriedades que possuem uma área entre 100 e 500 ha, com 13,1%, ficando em quarto as áreas entre 50 e 100 ha com 11,7% (IBGE, 2017). Outros dados também aparecem na pesquisa, como propriedades que possuem de 500 a 10.000 ha, com 4,3%, e entre os menores estão aqueles proprietários que possuem menos que 1(um) ha com 1,5% e o produtor que não tem propriedade com 0,3% (IBGE, 2017).

Do total de estabelecimentos associados a cooperativas 63,8% recebem orientação técnica, enquanto que 36,2% não recebem nenhum tipo de orientação (IBGE, 2017). Estes números estão em totais de empreendimentos, familiares ou não, associados a cooperativas no país, isso significa que 70,6% dos estabelecimentos entre 1 (um) e 50 ha estão associados a cooperativas.

Para a definição de agricultura familiar temos a condição dos 4 (quatro) módulos fiscais, embora isso mude de região para região, pode-se perceber que a grande maioria dos estabelecimentos se enquadram neste formato, com 71,2% dos estabelecimentos, somando cerca de 410 mil produtores, mesmo que muitas destas propriedades estejam associadas a empresas do agronegócio que produzem para as cadeias globais de produção de *royalties*. O valor da produção da agricultura familiar chegou a R\$ 107 bilhões, equivalendo a 23% de toda a produção agropecuária brasileira, familiar e não familiar.

Nos estados do sul do país a agricultura familiar participa com quase 40% de toda produção, assim como também, este mesmo percentual se verifica nos estados do norte do país. No Sudeste a agricultura familiar representa 35% da produção do estado e, como os dados nos mostram, os estados do centro-oeste não chegam a 10% de produção da agricultura familiar. São estados onde a criação pecuária e o plantio extensivo de mono cultivos em grandes propriedades. Quando falamos em cooperativas, não estamos falando somente no modelo original, com seu conceitual teórico baseado em Rochdale, a doutrina mais conservadora, mas também as novas perspectivas discutidas dentro do movimento cooperativo, que busca a modernização,

a tecnificação e o desempenho, buscando alinhamento entre os princípios cooperativos e os mercados. Estes são dois modelos em discussão atualmente.

As cooperativas de produção, de consumo, as redes locais de comercialização, de trocas, de prestação de serviços, devem incorporar em suas atividades as inovações tecnológicas, como novas ferramentas para o fortalecimento do negócio e pela própria sobrevivência da empresa em um mundo cada vez mais dependente das redes virtuais de relacionamento com os clientes e para comercialização. Por exemplo, canais de comunicação criados como estratégia para um momento específico, durante a pandemia do Covid-19 transformaram-se em uma imensa rede de negócios, serviços, inovação, informações e trocas sociais e em muitos casos passaram a fazer parte das estratégias de gestão e permanecem plenamente ativos.

A exemplo disso, está a COOPAF-SERRANA, que perdeu uma grande oportunidade. Alegando dificuldades de logística, assim como de articulação e utilização de ferramentas digitais, a cooperativa passou estes dois últimos anos entre fornecer aos mercados institucionais, enquanto houve demanda, ou fechar suas portas, enquanto outros empreendimentos familiares, dentre outras modalidades de pequenos negócios, abriram novos mercados e conquistaram novos clientes.

Algumas das vantagens competitivas dos empreendimentos solidários e que, com toda certeza, possibilitam que estes negócios sobrevivam por suas particularidades, facilidades na gestão e controle de custos nas pequenas propriedades. Dentre elas podemos citar por exemplo, que as cooperativas ou os empreendimentos solidários tem a preferência dos clientes. Existe por parte do consumidor das cooperativas uma atenção não somente a qualidade e disponibilidade dos produtos, mas também com a saúde e o bem estar das pessoas. Isso também se deve a proximidade entre produtores e consumidores, momento em que as relações humanas são o foco principal, fundamental nos empreendimentos associativos.

As necessidades humanas, as mais básicas, é que uniram aquelas pessoas na Inglaterra tendo apenas umas às outras. Associando trabalho, decisões e recursos, foram capazes de superar suas dificuldades e de crescer também, não apenas de sobreviver aquele momento. Nascido após tantas tentativas de enfrentamento a uma situação estrutural, em que estavam em jogo a segurança alimentar e o trabalho das

famílias, o movimento cooperativista continuou ao longo do tempo, servido aos mesmos propósitos.

Desde a década de 1950 os movimentos de organização do trabalhador e dos pequenos produtores vem sendo combatidos. Com o golpe de 1964, somente após a redemocratização, houve a possibilidade de reorganização por parte dos sindicatos, das ligas camponesas, do direito à livre associação, iniciando assim, o movimento para o reconhecimento institucional destas categorias através de políticas públicas de apoio ao setor.

Na constituinte de 1988, houve um grande movimento por parte da bancada ruralista, rebaixando os índices de produtividade das terras para que não houvesse desapropriações para a reforma agrária. Durante o governo de Fernando Collor de Mello, não houve nenhum processo de desapropriação, sendo retomado apenas no governo Itamar Franco, incentivado pelo massacre de Eldorado dos Carajás.

O Histórico de desapropriações de terras nos governos pós-redemocratização, conforme Rodrigues (2016): 1º Fernando Henrique Cardoso - 3.532 desapropriações; 2º Luiz Inácio Lula da Silva - 1.990 desapropriações; 3º Itamar Franco - 238 desapropriações; 4º Dilma Rousseff (primeiro mandato) - 216 desapropriações; 5º José Sarney - 78 desapropriações; 6º Fernando Collor - 28 desapropriações.

O Brasil, desde a modernização do Estado, com a Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos, fez a sua opção pelo modelo de desenvolvimento apostando na industrialização, nas grandes propriedades rurais e na agricultura empresarial. A partir deste momento, todo arcabouço jurídico, subsídios e acesso a financiamento, foram direcionados ao agronegócio de exportação. O modelo de desenvolvimento determina quem, ou quais as categorias que estarão sob o “guarda-chuva” de suas políticas econômicas. A criação de política de desenvolvimento baseados em territórios de identidade (Governo Lula – 1º mandato), nas pequenas cadeias produtivas, na produção local, nas tradições, na decisão democrática e estratégica para destinação e a aplicação de recursos próximo das realidades locais, parecia um caminho evolutivo no que diz respeito a verba pública, território de disputas sem fim.

Após os governos petistas (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, início 2003 a 2016), assume a República, Michel Temer (MDB) e o Ministério responsável

por pelas políticas voltadas à agricultura familiar – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é “esquartejado”, sendo transformado em Secretaria vinculada à Assistência Social, não ao setor produtivo, econômico, como força de trabalho de produção de riquezas e estratégico para a segurança alimentar do país.

Por outro lado, o avanço do agronegócio, embasado no “Agro” sendo vendido como “tech”, como “pop”, como garoto propaganda de um País que não valoriza sua própria história e sua cultura, quando desmata e desapropria sua gente de suas memórias e suas tradições.

De fato, o que na sociedade do agronegócio se entende por tecnologia nada mais é do que uma espécie de autômato, um robô sacralizado programado para fabricar produtividade. Nesse sentido, incorporada na expressão “Agro é Tech”, está a promessa de que o “avanço” tecnológico na agricultura trará um prêmio, uma graça. (GERHARDT, 2021, p. 14).

Esse sucesso “*tech*”/“*pop*”, fez com que o país retornasse ao *ranking* dos países com insegurança alimentar, isto é, estamos no mapa da fome, apesar de todo “sucesso”! Sucesso do que exatamente? Continuamos a ver as populações pobres subestimadas pelo Estado e, assim como os Pioneiros de Rochdale nos mostraram, é na união que nos tornamos mais fortes e resilientes.

A união com outros produtores para troca de produtos, saberes, tecnologias, equipamentos, mão de obra (mutirão) e para comercialização, faz com que diminuam “impossibilidades” e a dependência de políticas sazonais, que variam de acordo com a vontade política do governante “do momento”, pois que, não existe um projeto de desenvolvimento para o País.

Em qualquer empreendimento, seja pessoal, comercial, social, temos metas, objetivos a cumprir, dentro de um período de tempo, para que estas ações surtam os efeitos desejados. O que de fato acontece, é uma repetição geracional de demandas não atendidas pelos governos sucessivos. São gerações, tempo e possibilidades e oportunidade perdidas na redundância a que estamos submetidos, apenas como financiadores, como mão de obra geradora de riquezas as quais nem todos podem acessar.

Como Guattari em *As três Ecologias* (2001) nos diz que é preciso pensar transversalmente. A dicotomia campo/cidade tem suas fronteiras cada vez mais

homogêneas. As tecnologias nos aproximam. Aproximam também as gerações dentro dos empreendimentos familiares e fazem com que os jovens tenham no campo uma “nova” possibilidade e o negócio familiar a possibilidade de continuidade. Quando a gestão do “negócio” não é compartilhada pelo “patriarca”, existe desinteresse dos seus sucessores, que não veem possibilidades de crescimento e autonomia até que se tornem herdeiros.

As tecnologias são essenciais de hoje em dia, e todas as gerações passam cada vez mais a se utilizar dela, com isso algumas portas vão se abrindo para que as competências das novas gerações sejam compartilhadas, em um processo de educação e trocas fundamentais para a reaproximação entre as gerações no campo. São muitas as ferramentas de controle e gestão para as pequenas propriedades rurais e/ou cooperativas, como planilhas, canais do clima, notícias sobre os mercados locais e regionais e notícias sobre plano safra, seguro e financiamento agrícola, assim como canais institucionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), secretaria de agricultura e outros documentos que podem ser solicitados *on line*.

Outra vantagem apontada é que os custos internos das cooperativas são baixos, pela característica do negócio que tem no comprometimento do associado no momento da adesão, de forma colaborativa, dividem tarefas e responsabilidades, sendo que o mesmo assunto tem a atenção de diversas pessoas. É sob o ponto de vista da adesão livre e voluntária, que estas práticas se desenvolvem. Há um compromisso estabelecido a partir do momento da adesão que dá ao sócio direito a um voto e também o dever de participar do andamento dos negócios da cooperativa.

Ao longo do tempo o que foi observado na COOPAF-SERRANA foi um esvaziamento da participação na gestão, com a saída de sócios, desmotivados em permanecer fornecendo seus produtos para a cooperativa pelo baixo retorno das vendas diante das despesas e dívidas acumuladas pela entidade. Assim como a adesão é de livre decisão do associado (1º princípio do Cooperativismo), deixar a associação também é, assim como a gestão democrática (2º princípio do Cooperativismo) também sustenta os EEC.

A entidade possui o controle do empreendimento através da sua assembleia, do seu conselho fiscal e administrativo. Durante este estudo de caso, a Cooperativa

contava apenas com 4 (quatro) sócios ativos, dos 20 (vinte) associados no momento da criação da COOPAF-SERRANA. A gestão ficou praticamente a cargo do dirigente da entidade, que também é produtor e fornece para a Cooperativa. Gerenciar a loja, organizar e entregar para os programas sociais, fazer a administração financeira da entidade, realizar as compras junto aos fornecedores, atender ao público, participar de pregão público para mercados institucionais, são tarefas exercidas por apenas duas pessoas na COOPAF-SERRANA, o dirigente e uma funcionária.

A participação econômica é o 3º princípio do Cooperativismo e encerra nele o objetivo de que os associados tenham conquistas econômicas que fortaleçam a cooperativa. Um dos deveres do associado é fazer suas transações comerciais via Cooperativa, pois estes resultados dependem das negociações realizadas na Cooperativa. Assim como, quando existe um ciclo virtuoso de conquistas e bons negócios, isso serve como grande atrativo para os negócios e motivam seus colaboradores que se empenham em manter o ciclo. Quando o empreendimento entra em um ciclo de baixa nos negócios e as dificuldades aumentam, existe uma tendência para que, da mesma forma que o ciclo virtuoso, o ciclo de baixa sinergia também trabalhe neste sentido. Se as forças contrárias a este ciclo não forem maiores que as forças que o impulsionam, dificilmente se consegue reverter o quadro.

A matriz FOFA da COOPAF-SERRANA nos apresenta as forças internas e as possibilidades de negócio, porém, o que se pode constatar a esse respeito, é que a energia empenhada para adquirir um terreno e implantar sua agroindústria, canalizou todos os esforços nos últimos anos, não havendo espaço para outras iniciativas, haja vista todas as outras demandas, passarem por esta, segundo a análise do dirigente da Cooperativa.

A autonomia dos empreendimentos solidários é assegurada por seu Estatuto Social, controlado pelos conselhos fiscal e administrativo. Esta autonomia vem também das decisões democráticas, em que são atendidos os interesses do coletivo (autonomia e independência; 4º princípio do Cooperativismo). Porém, não há democracia sem participação! Quanto menor é a participação do sócio, por lógica, as decisões cada vez mais são concentradas em um pequeno grupo, ou delegada a uma única pessoa por falta de interesse. Este é o caso da Cooperativa aqui analisada, em

que, pela ausência de sócios, as decisões ficaram com uma única pessoa - o dirigente -, para que a cooperativa continuasse a funcionar.

Uma das regras de ouro do cooperativismo é a difusão dos princípios cooperativistas, através de programas de aprendizado e formação de seus dirigentes (Educação, formação e informação; 5º princípio do Cooperativismo). Neste aspecto a COOPAF-SERRANA, a EMATER/ASCAR e Secretaria de Agricultura do município promoveram cursos e oficinas de capacitação, com a participação dos sócios da cooperativa e agricultores familiares. Durante o período de campo na entidade, foi possível perceber alguns produtos fornecidos por outras cooperativas, a citar, a CAAF de Caxias do Sul e a Cooperativa de Serão Santana, fornecedores de maçãs, arroz e sucos, respectivamente.

A sexta regra de ouro, tem o sentido de fortalecer o movimento cooperativista como um todo, além de abrir oportunidades de ampliação da oferta de produtos (Intercooperação; 6º princípio do Cooperativismo). A Cooperativa conta com apoio de seus consumidores e nesse aspecto, creio que por vezes, o foco maior foi nos diálogos em busca de recursos e apoio político para nova sede, do que uma atenção ao seu público consumidor, frequentador da loja.

O sétimo pilar do movimento cooperativista, que é a preocupação com a comunidade foi atendido em parte (Interesse pela comunidade; 7º princípio do Cooperativismo). Mesmo com todas as dificuldades a cooperativa fez todos os esforços para continuar fornecendo seus produtos aos seus consumidores, sem perder a essência da forma de produção dos produtos oferecidos. Com isso os clientes permaneceram frequentando e adquirindo os produtos, mesmo quando a cooperativa precisou se transferir de local. As análises realizadas através dos princípios cooperativistas, nos fazem lembrar que, estes princípios não existem enquanto regras de ouro, ou leis, ou então por seu aspecto simbólico e de grande apelo para as relações sociais, mas são ferramentas poderosas para a gestão de qualquer negócio e que trazem segurança jurídica, em seu formato e reconhecimento institucional, mas também para o equilíbrio e o controle das contas através da gestão democrática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade contemporânea e histórica destes grupos socioeconômicos reconhecidos por “Agricultura Familiar”, e como já citado por alguns autores referenciados neste trabalho de conclusão, é possível dizer que, embora pesem as diferenças e a heterogeneidade destes grupos, o que lhes identifica enquanto unidade, são as dificuldades para a sobrevivência de seu modo de produção e que também se caracteriza como um “modo de vida”.

Não se trata apenas de uma opção feita pelo Estado Brasileiro em contemplar os ganhos de capital, em um determinado momento, mas de uma política exercida ao longo da história, de obstaculizar o desenvolvimento destes produtores, tendo nos governos sucessivos um apoio institucional para que isso aconteça.

As dificuldades de acesso a cadeias de comercialização e de apoio à produção, tem no arcabouço estatal completamente organizado e direcionado ao *agrobusiness*, historicamente e mesmo sob outras denominações, a opção pela “invisibilidade” destes produtores. Segundo o próprio conceito de agricultura familiar formulado pela lei que instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que enquadrou uma série de pequenos produtores, por características homogêneas, para que, apenas uma política fosse capaz de abranger todas estas formas de produção, sem considerar suas regionalidades e características específicas, demonstra a “visão” do estado sobre este assunto.

Embora pesem as considerações de que, as políticas de desenvolvimento territorial seriam extremamente difíceis de implementação e que as transferências de institucionalidades para a gestão desta política à inviabilizasse, ainda assim seria “um caminho evolutivo” na gestão das políticas públicas voltadas ao setor, valorizando a identidade local e adequando os projetos de acordo com as necessidades dos territórios de identidade.

Por outro lado, a gestão cooperativa, através do associativismo, tem na sua autonomia um dos grandes diferenciais, a partir do momento em que cada sócio do empreendimento, possui o mesmo peso nas decisões e nos rumos do seu negócio.

Mesmo que, por vezes, a economia da cooperação esteja relacionada a falta de capacidade “individual” de organização, isso não demonstra ser a realidade, onde a união por interesses comuns, assim como a agricultura corporativa se utiliza na defesa de seus interesses, denota força e mobilização social.

Os dados mostram que, os movimentos associativos se fortalecem quando a economia está fortalecida e, embora os Pioneiros de Rochdale e seus princípios se desenvolvessem a partir de uma realidade de carências e necessidades extremas, a sobrevivência secular de seus princípios éticos mostra o contrário.

A educação dentro dos modelos associativos, em oposição ao modelo individualista, apregoada pelos modelos capitalistas, induzem os indivíduos à simples competição e a busca de metas insustentáveis, tanto no âmbito pessoal, corporativo e econômico também.

É dentro deste processo que estas duas realidades se mostram, iguais, pelo ponto de vista em que, para defesa dos interesses dos “grupos organizados” a associação é permanentemente renovada através dos partidos políticos e seus financiadores que se unem para manter seu *status quo*, por outro lado, é sinônimo de fraqueza quando esta mesma possibilidade é exercida pelas minorias.

O presente trabalho busca trazer esta reflexão, sobre a importância de pensar coletivamente diante dos desafios da sustentabilidade das formas de produção e de consumo. Com o estudo sistematizado da literatura, foi possível verificar que muitas das limitações ao pleno desenvolvimento econômico da agricultura familiar passa por dificuldades impostas pelos próprios governos e que, historicamente este setor econômico tem sido ignorado em todo o seu potencial. Por outro lado, permanece uma certa cultura de desconfiança por parte do agricultor familiar, em relação a participação nas discussões sobre os meios de produção, ficando estas apenas em como obter o acesso aos recursos disponibilizados para a produção, mas sem realizar algumas inovações necessárias, tanto na forma de gestão da propriedade, quanto na forma de organização coletiva que poderia, juntamente com outros agricultores familiares, empreender projetos e melhorias sem depender, necessariamente de fontes públicas de recursos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/Edunicamp/ANPOCS, 1992.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. p. 1-23. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf> . Acesso em: 20 Mai. 2022.

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social. Notas Provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capsoc.html>. Acesso em 28 Jul. 2002.

BRASIL. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. D.O.U. de 11.1.2002. Disponível em: [inesp.org.br/quem-somos/legis/349-apm/3317-lei-federal-n-10-406-de-10-01-2002-titulo-ii-institui-o-codigo-civil](http://www.inesp.org.br/quem-somos/legis/349-apm/3317-lei-federal-n-10-406-de-10-01-2002-titulo-ii-institui-o-codigo-civil). Acesso em: 25 Jun. 2002.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 05 Jun. 2022.

CARDOSO, Univaldo Coelho. OSCIP: organização da sociedade civil de interesse público. In: CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **Cooperativas**. Brasília: Sebrae, 2014. (Série Empreendimentos Coletivos).

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE CONSUMIDORES DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, RS LTDA - COOPAF-SERRANA. **Estatuto Social**. São Francisco de Paula: COOPAF – SERRANA, JULHO/2008.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 25 Mai. 2022.

ECO, Umberto. 1932. Título original: Come si fa una tesi di laurea. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Estudos; 85). Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/RosangelaCaldas/como-se-faz.pdf>. Acesso em: 25 Mai. 2022.

- FERRARINI, A. V. O *ethos* da inovação social: implicações ético-políticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 447-466.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.
- FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.
- GAIGER, L.; CORRÊA, A. A história e os sentidos do empreendedorismo associativo. **Otra Economía: Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidária**, v.4, n.7, p. 153-176, 2º semestre, 2010. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/1147/369>. Acesso em: 10 Jun. 2022.
- GAIGER, L. I. **A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários**. 2006, vol.21, n.2, pp. 513-545. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000200009>. Acesso em: 05 Jun. 2022.
- GAIGER, Luiz Inácio G (Org.). **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. Grupo Ecosol. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- GALIZA, M.; CONZALEZ, R.; SILVA, S. P. Debatendo a dicotomia formal/informal: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.
- ILECKI FORGIARINI, D.; NEUMANN ALVES, C.; CADEMARTORI MENDINA, H. J. Aspectos teóricos do cooperativismo e suas implicações para a gestão de cooperativas. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], p. 21–36, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rqc/article/view/30509> . Acesso em: 16 Jun. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/> . Acesso em: 27 Jun. 2022.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. 2016.Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: notas metodológicas e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos: Sandro Pereira Silva Leandro Marcondes Carneiro.
- KLEIN, Simone Boruck; COLLA, Pâmila Eduarda Balsan; WALTER, Silvana Anita. O caso da abordagem de Estudos de Casos: elementos, convergências e divergências entre Yin, Eisenhardt e Stake. **RAD - Revista Administração em Diálogo**, vol. 23, n. 1, 2021, jan.-abr., p. 122-135. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2178-0080.2021v23i1.49136>. Acesso em: 25 Jun. 2022.

KUYVEN, P.; GAIGER, L. **A Economia solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo, p. 159, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277332014_A_Economia_Solidaria_no_Brasil_uma_analise_de_dados_nacionais. Acesso em: 05 Jun. 2022.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Redes e sociologia econômica**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **O que é cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 26 Jun. 2022.

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. **Histórias Econômicas do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Luiz Miguel Luiz dos. **Socioeconomia**: solidariedade, economia social e as organizações em debate. São Paulo: Atlas, 2014.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, Fábio Gelape; FARIAS NETO, Austecínio Lopes de. (Ed.) **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre a sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. Cap. 32, p. 988-1014.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo, UNISINOS, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil**. Revista de Política Agrícola, Brasília, a.16, n.3, jul/set. 2007, pp.15-34.

SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SINGER, André Ricardo de Souza (Org.). **A economia solidária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 06 Jun. 2022.

SORRETINO, M. et al. Agroecologia, movimentos sociais e bem viver. In: **Educação, agroecologia e bem viver**: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba: MH-Ambiente Natural; 2017. Disponível em: <http://oca.esalq.usp.br/wp-content/uploads/sites/430/2020/01/Educacao-agroecologia-e-bem-viver-final.pdf>. Acesso em: 07 Jun. 2022.

Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 28 Jun. 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar, Realidades**

e Perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WERNER, Moysés Geovani. **A aplicabilidade dos princípios do cooperativismo na gestão cooperativa como uma vantagem competitiva**. Disponível em:

<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/5875/Moises%20Geovani%20Werner.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Os%20resultados%20mostram%20que%20a,e%20comunidade%2C%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20nos>. Acesso em: 15 Jun. 2022.